

+ + + + + + + + +

CARTILHA DE FORMAÇÃO

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MST- BAHIA

EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS



VANGILSON FERREIRA BISPO
2021



© Vangilson Ferreira Bispo

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Josué Souza dos Santos

Co-orientador: Prof. Dr. David Romão Teixeira.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES /UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

B622d

Bispo, Vangilson Ferreira.

Desafios da educação escolar no MST, Bahia: experiência do Assentamento Menino Jesus. / Vangilson Ferreira Bispo. – Amargosa, BA, 2021.

69 fls.; il. color.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Josué Souza dos Santos.

Co-orientador: Prof. Dr. David Romão Teixeira.

Material didático instrucional (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2022.

Bibliografia: fls. 66 - 68.

Inclui Anexo.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Movimentos sociais. I. Santos, Fábio Josué Souza dos. II. Teixeira, David Romão. III. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. IV. Título.

CDD – 379

VANGILSON FERREIRA BISPO

CARTILHA DE FORMAÇÃO - DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MST-BAHIA. EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS

Material didático instrucional apresentado à Banca examinadora para fins de titulação no programa de Mestrado em Educação do Campo da Pós Graduação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB/CPF, Amargosa - Bahia, como requisito para conclusão do curso.

Aprovada em: 29 de outubro de 2021.

Banca examinadora



Prof. Dr. Fábio Josué Souza dos
Santos (Orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -
UFRB

Documento assinado digitalmente
 DAVID ROMAO TEIXEIRA
Data: 07/06/2022 00:11:40-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. David Romão Teixeira
(Co-orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -
UFRB



Profa. Dra. Rosana Mara Chaves Rodrigues
(Membro Externo)
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Documento assinado digitalmente
 ALEX VERDERIO
Data: 07/06/2022 10:33:09-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Alex Verdério
(Membro Interno)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

“

A pergunta principal posta para este nosso diálogo sobre a Pedagogia do Movimento: pode ela ser tomada hoje como uma chave metodológica para pensar intencionalidades educativas de outros processos formativos de lutadores e construtores sociais, para além dos que a constituíram e a continuam produzindo? Nossa hipótese é que sim e se isto for correto, há outra pergunta: como a Pedagogia do Movimento pode ajudar na construção político-pedagógica de escolas como estas com as quais dialogamos hoje?

(CALDART, 2021, p. 1)



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	6
1. A ESCOLA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MST.....	7
1.1 A Pedagogia do Movimento e a escola.....	11
1.2 Desafios atuais para as escolas do MST.....	16
2. 23 ANOS DE LUTAS POR REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS: CONTRIBUIÇÃO DE UM PROFESSOR ASSENTADO.....	19
3. ESCOLA FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS.....	36
3.1 Modalidades de ensino oferecidas no assentamento.....	44
3.1.1 O Ensino Médio.....	44
3.1.2 Educação de Jovens e adultos (EJA).....	46
3.1.3 Infância Sem Terra.....	49
3.1.4 Ensino Fundamental.....	50
3.2 Projetos dos quais a escola já participou.....	51
3.2.1 Projeto Segundo Tempo.....	51
3.2.2 Programa Mais Educação	52
3.2.3 Programa Mais Cultura.....	53
3.2.4 PIBID Diversidade na escola.....	55
3.2.5 Saberes da Terra.....	56
4. ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS.....	59
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXO: PORTFÓLIO FOTOGRÁFICO MEMÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS - BAHIA.....	69

APRESENTAÇÃO

Cara leitora e caro leitor,

Esta cartilha surge como produto de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Tem como objetivo atender uma exigência acadêmica, mas, principalmente, contribuir e auxiliar para uma orientação na organização da educação escolar em áreas de Reforma Agrária sob a responsabilidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em especial na Regional Recôncavo, na Bahia.

A cartilha está organizada de maneira que seja possível entender os desafios político-pedagógicos atuais que envolvem a educação escolar e as escolas nos acampamentos e assentamentos do MST em todo país. O objetivo principal é oferecer aos professores/as, coordenadores/as, dirigentes e militantes engajados na educação escolar no campo, a partir de um caso concreto, subsídios para a reconstrução das tarefas educativas das escolas no atual momento de crise da sociedade capitalista e da expressão contemporânea da luta pela Reforma Agrária Popular no Brasil. Nesse sentido, trouxemos elementos teóricos que fundamentam as escolhas políticas no rumo das escolas das áreas de Reforma Agrária, por meio de síntese das principais formulações do MST, assim como, de contribuições de pesquisadores que se debruçaram a investigar esta problemática no último período.

Partimos de um caso concreto, da experiência do assentamento Menino Jesus, onde atuo como professor desde o primeiro dia da ocupação da terra. Nessa caminhada, tenho estudado também a realidade da educação do campo e a educação do Movimento Sem Terra. Tenho participado do coletivo de educação do MST para ajudar a pensar a problemática da educação escolar dos assentamentos ligados ao Movimento Sem Terra. Reconhecemos como necessário entender a escola na sua relação direta com a vida do assentamento onde se encontra. Por isso, valorizamos neste processo ter a história das relações e lutas como um dos fundamentos para pensar os desafios atuais que a escola está chamada a responder visando a colaborar na elevação do padrão cultural e no avanço das conquistas dos trabalhadores rurais Sem Terra.

Para melhor compreensão anexamos um portfólio fotográfico que mostra um pouco da história e da memória da escola e do assentamento.

Desejamos que esta cartilha possa auxiliar a intervenção de todos que estão neste momento atuando nas escolas do MST e nas demais escolas do campo brasileiro, servindo como uma experiência que possa ajudar no processo de defesa da educação escolar no campo e no desafio da necessária transformação da ordem social vigente.

1. A ESCOLA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MST

A educação escolar e a escola para o MST são um tema debatido desde o início da luta até os dias atuais. Toda vez que se hasteia uma bandeira vermelha do MST em um novo latifúndio, também se leva com ela a bandeira pela escola e pela educação.

[...] quase ao mesmo tempo que começou a luta pela terra, o MST, através das famílias acampadas e depois assentadas, começou a lutar também pelo acesso dos Sem Terra à escola pública; agimos para provocar o Estado a agir; construímos e pressionamos políticas públicas para população do campo. Por isso, chegamos primeiro na prática e depois no conceito – à Educação do Campo, defendendo o direito que uma população tem de se educar e de pensar o mundo a partir do que faz e do lugar em que vive (MST, 2017, p. 81).

Por isso, a direção do MST, após a fundação do acampamento, logo se preocupa em organizar um espaço coletivo para que possam acontecer as aulas das crianças e convida pessoas que tenha habilidade na área de educação para assumir essa tarefa. Enquanto isso, a direção do movimento juntamente com as famílias reivindicam que o poder público local assuma a responsabilidade institucional da escola da nova comunidade fundada pelo MST. Essa prática acontece nos acampamentos do MST desde as primeiras ocupações na década de 1980 no sul do Brasil.

[...] a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo, mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST têm que ter escola e, de preferência, que não seja uma escola qualquer, e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos (CALDART, 2012, p. 231).

Em 1987, o MST criou o Setor de Educação responsável por tratar da questão do direito à educação e à escola das crianças, jovens e adultos, articulado em nível nacional justamente para que houvessem pessoas dedicadas a pensar a educação de todos e todas Sem Terra dos acampamentos e assentamentos (SAVIELI, 2000). Em 1999, a partir das experiências, foram elaborados coletivamente os princípios pedagógicos e filosóficos da educação apresentados no Caderno de Educação N° 8 do MST. Estes devem servir como referência dos trabalhos de educação do MST, orientando assim a linha política que os educadores(as) das escolas dos acampamentos e

assentamentos deveriam seguir.

[...] estamos entendendo por princípio, algumas ideias/ convicções/- formulações que são as balizas (estacas, marcos, referências) para nosso trabalho de educação no MST. Neste sentido, eles são o começo, o ponto de partida das ações. Mas não surgiram primeiro, antes das práticas. Ao contrário, eles já são o resultado de práticas realizadas, das experiências que estamos acumulando nestes anos de trabalho (MST, 1999, p. 04).

Os princípios filosóficos tratam de uma visão de mundo mais ampla e das concepções mais gerais, relacionadas à pessoa humana e à sociedade com um olhar mais apurado para a educação dos Sem Terra. Trata dos objetivos estratégicos do trabalho de educação do MST. Já os princípios pedagógicos se referem à maneira de fazer e de pensar a educação, concretizando, portanto, os princípios filosóficos considerando elementos essenciais e gerais da educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos. Tanto os princípios pedagógicos como filosóficos orientam os trabalhos do Setor de Educação do MST e estão alinhados com a política do movimento orientada para a transformação da sociedade (MST, 1999).

A Educação para o MST tem um sentido bem amplo de transformação da pessoa humana e, conseqüentemente, da sociedade e está ligada a determinado projeto político e uma concepção de mundo. O “MST considera a educação uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores” (MST, 1999, p. 8).

Neste sentido, além da educação servir para escolarizar as pessoas dos acampamentos e assentamentos, também é utilizada para formar quadros políticos do movimento social que, por sua vez, contribuem na organização da classe trabalhadora para as tarefas políticas da transformação da sociedade.

Numa sociedade dividida em classes, carregada de perspectivas antagônicas, serão diversas as experiências educacionais produzidas e demandadas, faces distintas de uma mesma totalidade social contraditória. A experiência educacional e escolar do MST é mais amplamente compreendida neste contexto, quer de luta por melhores condições para inserção social, quer de luta para superação desta forma de sociedade (DALMAGRO, 2010, p. 159).

Essa é uma construção permanente dos indivíduos que pensam e experimentam um novo jeito de educar os sujeitos que vivem nas áreas de assentamentos e acampamentos do MST. No Caderno de Educação nº 14, produzido pelo Setor de Educação do MST, são apresentados os sete principais desafios do MST no campo da Educação:

Primeiro desafio: o MST precisa passar a olhar para a educação como parte de sua estratégia de luta social e política, e como ferramenta de construção do novo projeto.

Segundo desafio: as escolas do MST precisam se tornar espaços privilegiados de educação do povo.

Terceiro desafio: garantir a escolarização de todos os Sem Terra.

Quarto desafio: as famílias Sem Terra precisam se tornar um lugar privilegiado de vivência dos valores humanos que sustentam a nossa escolha moral e política de lutar por um país com justiça e dignidade para todos.

Quinto desafio: formar nossos educadores e nossas educadoras para que sejam capazes de educar o povo nesta dimensão do projeto.

Sexto desafio: fazer o acompanhamento das crianças e dos jovens Sem Terra que estudam em escolas não ligadas ao MST.

Sétimo desafio: melhorar nossa organização (MST, 1998, p. 64).

Estes desafios propostos pelo MST para a educação nas áreas de Reforma Agrária no ano de 1998 ainda estão atuais. É preciso que todo conjunto do MST se envolva na luta, pois com os retrocessos na política educacional e na Reforma Agrária após o golpe da presidenta Dilma Rousseff em 2016, agravados pelo governo de Jair Bolsonaro, aumentou ainda mais a responsabilidade de qualificar a educação e fortalecer a luta dos Sem Terra. A educação do MST tem muita preocupação com as questões do trabalho no campo, por isso, o esforço de formar trabalhadores para o desenvolvimento de um novo modelo da vida no campo, a partir dos seus acampamentos e assentamentos, em contraposição ao modelo do capitalismo, que tem como eixo central a superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho dos trabalhadores.

Para o MST, nesta perspectiva, uma educação voltada para a realidade do meio rural é aquela que ajuda a solucionar os problemas que vão aparecendo no dia a dia dos assentamentos e dos acampamentos, que forma os trabalhadores e as trabalhadoras para o trabalho no meio rural, ajudando a construir reais alternativas de permanência no campo e de melhor qualidade de vida para esta população (MST, 1999, p. 7).

Para educar as pessoas, o MST considera de fundamental importância o princípio do trabalho. Na sua proposta de educação, defende que todas as escolas de acampamentos e assentamentos sejam escolas do trabalho, onde o princípio educativo fundamental esteja no trabalho.

Educar é preparar pessoas integralmente desenvolvidas, com instintos sociais conscientes e organizadas, possuidores de uma visão de mundo refletida e íntegra, que tenham clara compreensão de tudo que ocorre ao seu redor, na natureza e na vida social; pessoas preparadas na teoria e na prática para todo tipo de trabalho, tanto manual como intelectual, que saibam construir uma vida social racional, plena, bonita e alegre. Estas são as pessoas para construir a nova sociedade, socialista (MST, 2001, p. 90).

Em conformidade com os princípios filosóficos da educação, o MST construiu princípios pedagógicos que prezam pela indissociabilidade entre a teoria e a prática.

Relacionar prática e teoria nos processos pedagógicos, na escola, significa organizar o currículo em torno de situações que exijam respostas práticas dos/das estudantes, respostas que só saberão dar se estudarem muito e se pensarem bastante para relacionar o que encontram nos livros, com o que a professora está dizendo, com coisas que os pais já disseram, com o que já observaram em outras situações parecidas, com o que estarão discutindo entre eles (MST, 1999, p. 11).

Ao pensar as categorias pedagógicas da educação do MST, Caldart (2021, p. 7) afirma que:

No MST, o desafio prático de organizar o trabalho educativo nas escolas foi constituindo a noção de ambiente educativo como categoria de organização do trabalho pedagógico, junto com as noções de tempos educativos, espaços pedagógicos, inventário da realidade [...], pensadas, por sua vez, na relação com as categorias que tomamos da Pedagogia do Oprimido, da Pedagogia Soviética: diálogo, síntese cultural, auto-organização dos estudantes, trabalho socialmente necessário, atualidade.

É inegável que a luta do MST tem se ampliado para outras áreas fundamentais além da Reforma Agrária. Para além de ocupar terra, as famílias Sem Terra também ocupam as escolas para que se possa discutir uma educação preocupada com a formação dos sujeitos em todas as dimensões, numa perspectiva omnilateral. Como conceitua Bahniuk (2015, p. 293), “a formação omnilateral consiste, [...] numa formação humana voltada para o desenvolvimento integral do ser humano, em suas diversas dimensões: cognitiva, estética, técnico-profissional, política, corporal, moral, entre outras”, com o propósito de ajudar na construção do novo homem e da nova mulher, combatendo os valores dominantes da sociedade capitalista centrada no lucro e no individualismo desenfreado, e trabalhando novos valores humanistas e socialistas colocando no centro do processo da transformação da pessoa humana.

Referenciado nestes princípios que a escola do MST precisa ser um espaço no campo inserido numa comunidade aberta para acolher todos os sujeitos que ali residem proporcionando formação política, pedagógica e com a responsabilidade de escolarizar todos que se dispõem a participar do processo de ensino aprendizagem.

1.1 A Pedagogia do Movimento e a escola

A escola do MST é uma escola do campo vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que como vimos é na verdade o movimento de diversas pedagogias (MST, 1999, p. 11).

A concepção de escola do MST é diferente do projeto das escolas do campo propostas e controladas pelo Estado. É uma escola que é vinculada a um grande movimento social e tem uma gestão participativa, uma Pedagogia própria que visa articular a teoria e a prática, tendo o trabalho como um princípio educativo fundamental. Quando o MST se refere a uma escola diferente, não significa que vai se criar uma escola específica para os Sem Terra, mas sim uma escola pública que atenda aos seus pares, considerando a história e a cultura daqueles sujeitos, para não ser uma aprendizagem dissociada da realidade em que eles estejam inseridos.

É importante reafirmar que quando tratamos da construção de uma “escola do MST” ou da “ocupação da escola pelo Movimento” não estamos na defesa de uma escola fechada aos interesses corporativos dos trabalhadores Sem Terra ou mesmo aos desafios internos de sua organização. O que estamos afirmando é a necessidade da escola (instituição social) ser ocupada (ou deixar-se transformar) pelos seus próprios sujeitos (educandos, educadores, comunidade), na sua identidade coletiva de Sem Terra, de camponês, de trabalhador do campo, de classe trabalhadora, de ser humano, entendidas no espiral dialético entre específico e geral, entre singularidade e universalidade e não como identidades separadas ou que se negam uma a outra (CALDART, 2010, p.4).

A educação e a escola são vistas pelo MST como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, daí a importância que o movimento dá a sua Pedagogia do Movimento Sem Terra (SERRA; SOBRINHO, 2013). Desse modo, a educação escolar defendida pelo MST deve partir da realidade dos sujeitos, de maneira que haja valorização da luta pela terra, da cultura desses povos e do trabalho desenvolvido na sua localidade. Ou seja, é necessário que a escola trabalhe a história e valorize a realidade dos camponeses acampados e assentados da Reforma Agrária.

Para isso, é preciso que a educação tenha uma intencionalidade, um rumo, uma direção como vimos anteriormente nos princípios pedagógicos e filosóficos da educação do MST. Após anos de práticas, experimentação de formas diferentes de trabalho educativo, o MST desenvolveu sua própria pedagogia como uma construção coletiva dos trabalhos pedagógicos que já estavam sendo realizados nas escolas dos acampamentos e assentamentos, que posteriormente ficou conhecido como Pedagogia do Movimento Sem Terra.

No MST refletimos, depois de quase duas décadas de trabalho educativo, que já não tínhamos apenas uma “proposta de educação” (assim o nomeávamos) e sim uma pedagogia: práticas educativas refletidas coletivamente em diálogo com a construção histórica da teoria pedagógica. Reflexão que passa a ser guia de ação, apontando como avançar ou como começar de novo em cada lugar, cada tempo e circunstância. A Pedagogia do Movimento, que é primeiro a “Pedagogia do MST”, se vai fazendo pelos seus sujeitos sociais, humanos (CALDART, 2021, p. 4).

A Pedagogia do Movimento vem sendo construída de forma coletiva pelos próprios participantes da luta e tem como educador principal o próprio MST através da sua forma de organização e desenvolvimento das ações na busca da conquista da terra e da Reforma Agrária. A “[...] pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio Movimento” (MST, 2001, p.19).

O processo educacional do MST se dá na prática organizando as experiências vividas no conjunto da organização e nas escolas de cada canto do país, pensada a nível local, de brigada, regional, estadual e nacional tendo como participação toda base organizada pelo MST a partir das ações que são realizadas no dia a dia das famílias acampadas e assentadas.

Na sociedade atual, o acesso à educação é muito disputado, pois, historicamente, a classe trabalhadora sempre foi excluída desse direito constitucional. Por isso, quando o Movimento Sem Terra ousa lançar uma pedagogia própria implica que vai haver muitos conflitos na implementação dessa pedagogia nas escolas dos assentamentos e acampamentos que na sua grande maioria são geridas pelo poder público municipal ou estadual.

Um dos grandes desafios do MST no campo da educação hoje é transformar sua Pedagogia do Movimento, ou seja, a intencionalidade formativa que produziu na sua dinâmica de luta social e organização coletiva, em um projeto de educação das famílias e das comunidades dos acampamentos e assentamentos que constituem sua base social, buscando transformar a visão de mundo e o modo de vida subordinado à lógica de reprodução do sistema capital, que ainda predominam nas próprias áreas de Reforma Agrária.

Isto implica em muitas dimensões, situações, tempos e espaços; deve envolver os Sem Terra de todas as idades e de todos os níveis de inserção orgânica ao Movimento. E esta é uma tarefa do conjunto da organização, de todas as suas instâncias, de todos os seus setores de trabalho (MST, 2014, p. 102).

É preciso que todos os setores e direções do MST se envolvam na tarefa de dinamizar o processo de formação e consigam atingir todas as famílias incluindo adultos, crianças e jovens que participam do movimento, mudando sua visão de mundo e contribuindo na transformação social, na construção de uma sociedade justa e igualitária.

A Pedagogia do Movimento é muito ampla e diz respeito a um grande projeto de sociedade que busca discutir e refletir as diversas dimensões da pessoa humana. Portanto, o MST (2001, p. 238), afirma que a “Pedagogia do Movimento não cabe na escola, mas a escola cabe na Pedagogia do Movimento. E cabe ainda mais quando se deixa ocupar por ela”. Dessa forma, fica claro que a escola deve estar inserida na Pedagogia do Movimento que abrange várias dimensões da pessoa humana. Ainda de acordo com MST (2001, p. 239), “a escola que cabe na Pedagogia do MST é aquela que não cabe nela mesma, exatamente porque assume o vínculo com o movimento educativo da vida, em movimento”.

Nesta perspectiva, as escolas do MST precisam ter também uma gestão democrática que possibilite a participação de todos os integrantes da escola e os membros da comunidade, deixando assim um ambiente mais acolhedor e participativo. É preciso que a escola possibilite uma educação emancipatória, para que ajude a combater toda forma de alienação dos sujeitos contribuindo em aumentar a consciência social, política e incentivar a participação de forma voluntária e consciente nas atividades coletivas. Neste sentido Caldart (2021, p. 2) afirma que:

Educar numa perspectiva emancipatória é ajudar a produzir um movimento consciente de combate à alienação, em todas as suas formas e dimensões, ainda no interior da ordem social que tem a alienação humana como pilar de sustentação da sua lógica de exploração e de dominação de classe.

Isto significa que a escola precisa estar além das paredes e dos muros que lhes cercam e deve estar inserida nas questões problemas da comunidade e ajudar na solução dos mesmos. Assim como permitir que a comunidade participe da vida escolar, contribuindo na condução das ações e projetos da escola, fortalecendo, desta forma, um elo de responsabilidade mútua. Para que esta escola seja concretizada, é importante frisar que também é preciso que exista um conjunto de profissionais militantes da causa, que conduzam esse trabalho baseado na Pedagogia do Movimento considerando a luta dos trabalhadores para conquistar a terra e para conquistar a escola. “De qualquer forma, fica cada vez mais claro que para assumir a proposta é preciso que o professor, venha de onde vier, se assuma como um

militante do MST, indo bem além do compromisso profissional com o Magistério” (MST, 1999, p. 19).

O documento intitulado *Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos* (1999) aponta que um professor militante é aquele que não se limita à sala de aula, participando ativamente das discussões gerais e ações principais do assentamento como um todo. O texto ressalta ainda que professor é aquele que vê a escola como seu espaço de militância específica e prioritária pelo MST, mas não deixa de se envolver em outras frentes de luta, especialmente nos núcleos de base do Movimento em seu município ou região, bem como nas organizações de sua categoria (sindicatos, associações etc.) e ainda se abre permanentemente para novas capacitações e busca alternativas para sua autoformação pedagógica e política. Essas são algumas das características de um professor militante que deve assumir as atividades da “Escola do MST” (MST, 1999).

O educador nas escolas do MST tem um papel de grande relevância para que imprimir a intencionalidade devida que o tempo histórico exige. No sentido de organizar o trabalho pedagógico na escola, deve-se levar em consideração vários fatores importantes tais como: o ambiente educativo em que este estudante está inserido, sua família, a comunidade, as diversas atividades desenvolvidas pelo MST, a luta para conquistar a terra e a escola entre outras situações.

O professor é um guia, um coordenador, que motiva a participação e a reflexão, tratando de organizar e aprofundar o saber popular com as contribuições do conhecimento científico desenvolvido pela humanidade. O papel do professor é ajudar os alunos a aprenderem e ensinarem-se mutuamente, aprendendo também ele mesmo com os outros, criando um ambiente de fraternidade e companheirismo, motivando a participação, dirigindo a discussão, ajudando a chegar a uma conclusão (MST, 2017, p. 11).

Esta é uma tarefa que todos que queiram contribuir com a educação do MST devem assumir. Antes de tudo, se faz necessário que haja uma mudança interna de cada sujeito no seu modo de ser e de pensar a respeito do MST, e da sociedade para internalizar as reflexões feitas no processo da luta do Movimento e retirar lições que sirvam de aprendizagem para ser utilizadas no dia a dia da escola.

As escolas nas áreas de assentamento e acampamento não acontecem por acaso, não é qualquer escola que serve nos territórios conquistados pelo MST. É preciso que a escola contribua na formação da personalidade consciente dos estudantes, na escolarização de todos assentados(as) e acampados(as), na forma de organização do Movimento, na inserção dos coletivos, bem como na formação de seres humanos críticos, participativos e autônomos que possam desenvolver a consciência de classe.

[...] o que se quer da escola ainda é que ajude a formar personalidades saudáveis, criativas e coerentes; que estimule a consciência organizativa das crianças e jovens, respeitando a lógica do desenvolvimento infantil; e ainda que coordene atividades de participação real das crianças na produção e organização do assentamento (MST, 1999, p. 13).

A comunidade deve ser parte integrante da escola, deve participar da escolha de professores e diretores, contribuindo com a formulação do currículo, com a construção do projeto político pedagógico, com os mutirões de limpeza, participando das reuniões de pais e datas festivas. Enfim, a comunidade deve participar no dia a dia da escola.

As escolas de assentamento precisam ter um diferencial, um jeito próprio de trabalhar, de ornamentar, de organizar as tarefas, de participar das atividades. É preciso que tenha exposto os símbolos da luta, como a bandeira do MST, as ferramentas de trabalho, as músicas para animar a criançada, as brincadeiras, o parque infantil, a horta escolar, as imagens dos lutadores e lutadoras do povo.

Ao dizer escola de assentamento (ou de acampamento) estamos afirmando a necessária vinculação da escola com a realidade local e o desafio de participar efetivamente da solução de seus problemas. Ao dizer escola do MST, afirmamos a relação que a escola deve ter com a luta pela Reforma Agrária, que vai além das questões localizadas em cada assentamento (MST, 2001, p. 126).

Dessa forma, fica claro que o termo escola de assentamento/acampamento ou do MST tem uma intencionalidade diferente de outras escolas, pois está vinculada diretamente à luta pela Reforma Agrária, contribuindo na resolução dos problemas locais e elevando o nível de consciência das pessoas que participam. Neste sentido, uma experiência escolar que merece destaque são as escolas itinerantes que estão mais presentes no Sul do Brasil. Estas acontecem sempre onde está o povo Sem Terra em luta nos acampamentos, nas ocupações, nas marchas e ainda serve de base para as escolas fixas dos assentamentos, como se fosse um laboratório vivo.

As escolas itinerantes se caracterizam pelo seu forte vínculo com a luta pela Reforma Agrária. A escola nos acampamentos é uma ferramenta de luta, fator mobilizador das famílias para participar da ocupação, para permanecer nos acampamentos e no campo pedagógico, ela é sementeira da escola que estamos construindo. De certa maneira, a escola itinerante é uma antecipação da escola do assentamento, nos seus aspectos organizativos, políticos e pedagógicos (MST, 2017, p. 103).

A metodologia e a organização dessas turmas são muito variáveis de acordo com a circunstância do local e do momento em que estão acontecendo estas aulas. O processo educativo acontece de diversas formas, pode ser por etapas, por ciclos, ciclos básicos e por classes multisseriadas. Os tempos educativos são organizados de acordo com as variáveis circunstâncias da luta do acampamento ou da atividade que está acontecendo. Uma das características de seus educadores e educadoras é que fazem parte da mesma luta do acampamento para conquistar a terra e são formados pelo MST (MST, 2017).

Então, para garantir que os estudantes em idade escolar não fiquem sem aula no momento em que seus pais estejam participando das atividades do MST, existe uma equipe qualificada para trabalhar com essas crianças e adolescentes no espaço que eles se encontram com seus pais na luta. Isso é muito importante, porque, além de garantir a participação da família nas atividades do MST, também garante a formação das crianças Sem Terrinha, assegurando seu direito à escolarização básica .

1.2 Desafios atuais para as escolas do MST

Dois importantes eventos foram fundamentais para a atualização da pauta política e dos objetivos educacionais do MST nos últimos anos: o *VI Congresso Nacional do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular*, que celebrou os 30 anos do Movimento e atualizou o seu Programa Agrário, em 2014; e, na sua sequência, o *II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – II ENERA*, em 2015, que, entre outros temas ligados à educação do MST, tratou das experiências educativas do Movimento em todo o país.

As proposições construídas nesses espaços servem hoje de eixo orientador para a organização político-pedagógica das escolas do MST, dando o conteúdo da atualidade da luta do Movimento, que passa por discutir as tarefas da educação escolar do MST na luta pela Reforma Agrária Popular (RAP).

No MST ela deu nome ao processo de atualização de seu Programa de Reforma Agrária, sendo firmada nacionalmente no seu VI Congresso Nacional em 2014, a partir de estudos e discussões que aconteceram pelo menos desde o seu Congresso anterior, em 2007. No seu conteúdo expressa a análise coletiva sobre as determinações estruturais e os novos desafios da luta pela Reforma Agrária neste período. Na forma de programa político, simbolicamente resumido no lema “Lutar, construir Reforma Agrária Popular!”, a RAP representa para o MST uma interpretação projetiva do seu percurso. E dos desafios postos pela complexificação de sua dinâmica atual, inserida na totalidade social que seus sujeitos assumem como compromisso ajudar a transformar (CALDART, 2020, p.1).

A Educação é um dos cinco pilares que sustentam a construção da RAP, junto com a Luta pela Terra, Soberania Alimentar, Agroecologia e Participação Política (CALDART, 2020). Por isso, a necessária articulação da escola com os demais componentes essenciais deste programa agrário, que apenas tem sentido de ser como um programa em contraponto ao modo capitalista de organização da produção e reprodução social da vida, e do agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento das forças produtivas da agricultura (CALDART, 2020).

Coloca-se, assim, como desafio da atualidade, a reconstrução das tarefas educativas da escola, que, conforme Caldart (2020, p. 8), “precisa se movimentar hoje em torno de duas intencionalidades principais”:

1ª) A escola precisa ser pensada como um ambiente educativo: espaços, tempos, relações sociais que compõem o dia a dia da escola na relação com seu entorno; território de disputa ideológica [...];

2ª) É necessário construir coletivamente um método geral de estudo que leve de fato ao conhecimento da realidade viva, natural e social. Em sua atualidade, seu desenvolvimento histórico e seus fundamentos (CALDART, 2020, p. 8-9).

Nessa empreitada fica evidente a necessidade de impulsionar o conhecimento científico nas escolas do MST, a fim de enriquecer de determinações as explicações e constatações da realidade que favoreça o aprofundamento teórico das experiências com a agroecologia e com a defesa intransigente da existência de escolas públicas em seus territórios, contrapondo-se ao crescente fechamento de escolas no campo brasileiro.

O processo de reconstrução das tarefas educativas da escola do MST segue num fluxo contínuo, no seu ritmo e modo, conforme a realidade da luta política de cada território de Reforma Agrária. No II ENERA foi possível identificar várias experiências neste sentido. Em estudo recente, Silva (2020) analisou 21 dos 26 materiais presentes na memória do II ENERA, e apresentou uma síntese das discussões sobre as experiências escolares nas áreas de Reforma Agrária do MST.

As práticas educativas agrupadas por meio da temática da escola de Educação Básica incluem experiências diversificadas de escolas de assentamentos do MST. Algumas das experiências pautam-se na alternância para desenvolver suas atividades, sendo comum nas apresentações e relatos o contexto de luta de cada localidade, desde a luta para a própria garantia da existência da escola, como a luta contra a forma de produção convencional presente nos assentamentos, onde se evidencia a resistência por meio da afirmação da Agroecologia como matriz produtiva. A mística e a organicidade são características presentes na grande maioria das escolas. As experiências que estão nesse agrupamento abrangem

a práticas de escolas de Ensino Médio; as que se destacam pela ousadia na construção curricular, na perspectiva de transformação da forma escolar; algumas tratam da luta por escola e pela sua constituição como escola vinculada aos princípios do MST; e várias experiências socializam projetos, ações e atividades desenvolvidas nas escolas, estratégias didático-metodológicas a partir do vínculo com o movimento social (SILVA, 2020, p. 167).

A pesquisa de Silva (2020) apontou que uma dificuldade bastante evidente nas experiências escolares do MST é o alto índice de rotatividade de professores/as, o que tem sido um dos fatores que prejudica a implementação das propostas curriculares nas escolas. Este mesmo estudo apresentou também, de forma sintética, outros desafios observados nas produções analisadas:

- a necessidade do estudo por parte da equipe pedagógica acerca da proposta educativa do MST para a escola e de autores que são referência;*
- a necessidade de atualização do PPP;*
- no caso das escolas que se organizam por meio da alternância, um limite destacado é a necessidade de qualificação do Tempo Comunidade, pois as visitas dos educadores não são garantidas dadas as condições de cada local e engessamento do tempo escolar;*
- a dificuldade em ter profissionais que atuem nas atividades de campo também se evidencia;*
- garantir maior tempo de planejamento e de permanência dos educadores nas escolas;*
- falta de recursos financeiros para realizar as atividades, bem como para construir ambientes educativos pedagógicos (SILVA, 2020, p. 169).*

Com base nestas contribuições e sistematizações, somos convidados a pensar a nossa escola e construir alternativas de lutas e enfrentamento aos obstáculos locais, nacionais e internacionais que impedem o desenvolvimento pleno dos(as) trabalhadores(as) na atualidade. É hora de fortalecer o vínculo orgânico entre função social da escola e função socioambiental da terra (CALDART, 2020). E esta ação já está em curso uma vez que “é possível afirmar que as escolas de Educação Básica que socializaram suas práticas educativas no II ENERA colocam-se todas em direção à perspectiva de transformação da forma escolar” (SILVA, 2020, p. 172).

Após esta apresentação sintética da produção do MST sobre a escola e a educação escolar, chamamos você a pensar as especificidades e as tarefas da educação escolar no Assentamento Menino Jesus, município de Água Fria, Bahia.

2. 23 ANOS DE LUTAS POR REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS: CONTRIBUIÇÃO DE UM PROFESSOR ASSENTADO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu oficialmente com a realização do 1º Encontro Nacional em Cascavel – PR, em 1984, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar por mudanças sociais no país. Com a política de expansão do MST pelos territórios do país, surge a primeira ocupação de terra na Bahia, no ano de 1987, no município de Alcobaça, na instância 40-45, no Extremo Sul da Bahia. Em 05 de maio de 1997, aconteceu a primeira ocupação de terra pelo MST na região do Recôncavo da Bahia, na Fazenda Nova Suíça, no município de Santo Amaro da Purificação.

Para dar continuidade à expansão territorial no estado da Bahia, o MST encaminhou um dirigente para participar do encontro de jovens rurais, promovido por alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) na Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), em Feira de Santana, no início do ano de 1998.



Imagem 01: Encontro de jovens dos sindicatos dos trabalhadores rurais (CEDITER – Feira de Santana). Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 1998.

Na ocasião, o dirigente regional do MST falou um pouco sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, quais seus principais objetivos e pediu apoio aos participantes para desenvolver um trabalho de base na região de Feira de Santana e Serrinha, para conscientizar as famílias da importância de participar da luta do movimento para adquirir sua terra. Esse foi o primeiro momento em que houve discussão sobre uma possível ocupação de terra na região pelo MST.

Certo tempo depois, houve visitas deste mesmo dirigente aos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, inclusive ao de Serrinha, discutindo e solicitando apoio para a realização de um trabalho de base nas comunidades rurais em que o sindicato atuava. Os diretores do sindicato abraçaram a

causa e forneceram todo suporte necessário para o desenvolvimento do trabalho dos militantes, bem como hospedagem e transporte para as primeiras visitas às comunidades. Geralmente, um diretor sindical acompanhava os militantes até a comunidade e apresentava-lhes algum líder da comunidade, seja das associações, membro da igreja católica ou alguém que tinha algum poder de mobilização das famílias.

O grupo de militantes do MST era composto por cinco pessoas, que se dividiam em duas equipes para atuar no município, visitando as comunidades e realizando reuniões. Geralmente, após o diretor do sindicato apresentar alguma liderança local aos militantes, já se conseguia marcar uma reunião na comunidade e convidar pessoas que tivessem interesse em conquistar uma terra para participar da reunião. Em alguns momentos, os militantes já ficavam na comunidade e, em outros momentos, retornavam para se hospedar no sindicato e só retornavam no dia da reunião. Geralmente, depois de visitar uma comunidade, os líderes levavam os dirigentes para outras e assim iam marcando mais reuniões e discutindo sobre o MST e a possibilidade das famílias participarem da luta e conquistarem suas terras.

Aqui inicia minha inserção direta no Movimento Sem Terra. Foi em uma dessas reuniões que conheci os militantes do movimento. Na época, eu era liderança do grupo de jovens do povoado de Bela Vista, no município de Serrinha, na Bahia, e surgiram esses militantes solicitando apoio para desenvolver o trabalho de base. Apoiamos as atividades deles, disponibilizando hospedagem, convidando as pessoas para as reuniões, fornecendo alimentação, entre outras ações. Quando o dia da ocupação foi marcado, para não deixar as famílias irem sós, resolvi acompanhá-las até o ato da ocupação da terra.

Vale salientar que as famílias que participaram da ocupação não sabiam qual seria o terreno, isso faz parte da estratégia de segurança das lideranças do MST. A coordenação da ocupação marcou um ponto de encontro dos carros próximo da cidade de Lamarão, para que pudessem chegar todos juntos. No dia da ocupação, foram dois caminhões de pessoas e mais alguns carros pequenos, contabilizando 120 famílias. Um dos carros buscou pessoas de alguns povoados do município de Serrinha como: Bela Vista, Tanque Grande, Matinha, Rosarinho e na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha. E o outro carro foi em alguns povoados do município de Biritinga (Três Estradas e Mombaça) e do município de Teofilândia (Januara e Três Zequinhas).

Os Assentamentos Rurais do MST no Estado da Bahia, assim como em todo território nacional, se configuram como lócus de constantes conflitualidades por causa da grande concentração de terra e áreas improdutivas, a exemplo da antiga Fazenda Paracatu, antes pertencente à empresa Klabin Celulose, antiga fábrica de artefatos de sisal, falida há aproximadamente duas décadas, que deu origem ao assentamento Menino Jesus, no dia 20 de dezembro de 1998, quando cerca de 120 famílias de agricultores ocuparam a citada fazenda, no município de Água Fria, com o interesse único

de trabalhar e produzir, na vasta área de aproximadamente 13.000 hectares, antes improdutiva e abandonada, sem, portanto, cumprir sua função social. (MENEZES, 2016, p. 38).

Como se percebe, não houve participação na ocupação de pessoas do município de Água Fria, isso porque as lideranças da frente de massa, que é o setor do MST responsável pela ocupação, temia que vazasse a informação da ocupação e acontecesse algum tipo de conflito ou algum impedimento no ato da ocupação. Porém, a partir do dia seguinte, as notícias começaram a ser publicadas e foram chegando diversas pessoas da região para acampar e fortalecer a luta, no intuito de garantir também sua terra para retirar seu sustento e garantir sua sobrevivência com suas famílias.

A ocupação aconteceu na madrugada de sábado para domingo do dia 20 de dezembro de 1998, às 03 horas da manhã. Chegar até a fazenda foi muito difícil, pois havia muita areia na estrada, que não estava transitável. Os carros atolaram várias vezes nas areias, porém, com a insistência dos companheiros e companheiras, os carros eram desatolados e seguiam em frente rompendo os obstáculos. Até que, enfim, chegou o grande momento da ocupação, quando todas as famílias desceram do caminhão em frente a uma cancela e, com uma cutilada de machado, foi quebrado o cadeado da corrente que prendia a cancela próxima a uma guarita de segurança. Todos adentram a terra com muitas músicas, gritos de ordens e animação .



*Imagem 02: Momento da chegada e ocupação da terra.
Fonte: BISPO, Silvaneide Ferreira, 1998.*

Foi um momento muito místico e marcante para todos os presentes. Um fato que merece destaque, é que havia um vigilante na guarita dormindo, e quando viu o barulho do povo entrando, partiu correndo para se proteger bem distante. O amanhecer do dia trouxe a linda imagem da terra prometida. Era uma fazenda abandonada com muitas casas velhas deterioradas, muitas árvores, inclusive algumas já mortas, um poço artesiano com uma caixa d'água no alto de uma base de concreto, onde havia muitos pássaros bebendo água, inclusive pinta-silvas, canários, rolinhas e cardeais. Era uma terra sem fim, muito plana.



*Imagem 03: Entrada da fazenda por onde iniciou a ocupação.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 1999.*

Ainda na madrugada, foi feito o primeiro café coletivo embaixo de uma jaqueira na entrada da fazenda, onde as pessoas se protegeram do sereno da madrugada e do sol do amanhecer do dia.



*Imagem 04: Momento do café da manhã após a ocupação.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 1999.*

Esta imagem retrata o dia seguinte da ocupação, onde estamos tomando o café da manhã embaixo de uma jaqueira. Nela se vê dois dos militantes do Setor de Frente de Massa, que realizaram o trabalho de base para organizar o povo para a ocupação.

Em um casarão abandonado, que havia logo na frente e que estava aberto, foi retirada parte das palhas que havia acumulado durante anos de abandono e, em seguida, colocaram-se as crianças para dormir, pois até então não haviam sido construídos os barracos.

Após a companheirada saborear aquele café, pela manhã foi feita a primeira Assembleia Geral para explicar mais detalhes de uma ocupação de terra e quais os próximos passos para se permanecer ali. Logo se organizou a equipe de segurança das famílias, equipes para ajudar na construção dos barracos, priorizando as famílias que tinham crianças. Organizou-se também

uma equipe para fazer um almoço coletivo, outra equipe foi verificar as fontes de água e assim foram se discutindo as necessidades básicas daquele primeiro momento.

Este primeiro dia na terra foi muito marcante para mim, quando percebi o quanto o MST era organizado, bem diferente do que eu já havia ouvido pelos meios de comunicação. Foi feita a divisão de tarefas, houve o ato de solidariedade com as famílias que tinham crianças no sentido de priorizar a construção dos barracos, foi feito o almoço coletivo, foi distribuída uma cesta básica e lonas para cada família acampada. Foi a partir daquele momento que comecei a ter outra visão real do MST. Até então, eu tinha muitas críticas por conhecer os Sem Terra apenas pelas reportagens dos meios de comunicação nacionais que geralmente colocava o MST como uma organização criminosa, de baderneiros e invasores de terras.

Um momento que merece destaque da ocupação foi quando chegaram alguns gerentes da fazenda, por volta das 10 horas da manhã do domingo, e tocou a “macaca”¹. Todos os presentes pararam tudo que estavam fazendo e foram para a cancela receber os gerentes cantando músicas revolucionárias e gritos de ordem. Os gerentes só vieram verificar o que realmente havia acontecido e convidaram uma comissão para comparecer na segunda-feira ao escritório da fazenda em Alagoinhas, a 100 km do acampamento, com outros gerentes para discutir os trâmites legais para resolver o problema da ocupação da terra. A reunião foi tranquila, os gerentes, juntamente com a direção do MST fizeram um acordo de acionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fazer a vistoria da fazenda e tomar as medidas cabíveis.

De acordo com informação de moradores da região, a empresa não tinha mais interesse em trabalhar na área e já havia colocado a fazenda à venda, porém, não conseguia comprador por ser uma fazenda muito grande e sem nenhum tipo de benfeitoria. Dessa forma, a ocupação da terra pode ter se tornado uma oportunidade da empresa vender a terra para o INCRA, a fim de implantar um projeto de Reforma Agrária, como confirma Silva (2014) na sua dissertação de mestrado.

Na ocupação, não houve conflito direto e nem poderia. Era uma fazenda grande, um verdadeiro latifúndio, [...] pertencente a um grupo que tentou várias atividades com a terra, que não tinha características adequadas para as atividades desenvolvidas pelos antigos donos, que acabaram falindo e tinham interesse em vender a terra, de preferência para a União. A ocupação, neste caso, foi uma oportunidade ímpar para os proprietários, que solicitaram a "parceria" dos assentados para resolver a questão junto ao Incra, justificando, assim, o que Bourdieu (1989) e Foucault (1988)

¹Instrumento de ferro utilizado para servir de alerta quando tocado. Ao tocar apenas três vezes, serve para convidar para reunião ou assembleia agendada anteriormente, mas se tocada várias vezes seguidas, é um alerta de emergência e é importante todos comparecerem ao local em que ela está instalada.

denominam de "falso consenso". Após essa conversa, marcaram uma reunião com o INCRA, com a presença das duas partes, e, aparentemente, tudo ocorria bem, até que os donos começaram ameaçar os assentados, com ação de despejo, devido à morosidade do processo indenizatório (SILVA, 2014, p. 81).

Após a reunião com os gerentes da empresa, foi feita uma Assembleia Geral para tranquilizar as famílias de que haveria a possibilidade de negociação entre a empresa e o INCRA. Coube à organização do acampamento manter a vigilância e a resistência ativa e, aos militantes do MST que estavam ali, contribuir na tarefa de construir os barracos para as famílias se acomodarem. Até este momento, eu, enquanto parceiro, não tinha interesse em participar da luta como acampado, e sim apenas como apoiador do movimento. Porém, após o envolvimento na luta, contribuindo na construção de barracos, participando das reuniões e outras atividades, fui mudando de ideia. Acabei voltando na casa dos meus pais apenas para pegar minhas roupas e voltar definitivo para o acampamento, no intuito realmente de conquistar minha terra e poder sobreviver dela.

É interessante notar que a ocupação aconteceu com 120 famílias, porém, a todo o momento, chegavam novas famílias para acampar e fortalecer a luta. Cada dia que passava, apareciam mais famílias, a ponto de, numa Assembleia Geral em que houve a visita do INCRA, serem contabilizadas aproximadamente 500 famílias com interesse em adquirir um lote de terra.

Nessa época, não havia nenhum tipo de comunicação no acampamento, nessa região não havia sinal de telefone, nem tampouco internet. Essas famílias eram articuladas apenas pelos militantes que saíram nas comunidades circunvizinhas convidando as famílias para ocupar a terra, e por outras pessoas que já estavam acampadas e convidavam outras mais para virem também conquistar sua terra. Existia apenas um transporte para o município de Serrinha, que era um carro do tipo Veraneio de cor amarela com bagageiro, que funcionava com botijão de gás de cozinha. Geralmente, rodava aos sábados e quartas-feiras e só viajava lotado, trazendo as pessoas para acampar ou levando-as para Serrinha para fazer compras.

Com o passar do tempo, as dificuldades começaram a se intensificar, e muita gente começou a desistir, isso deixou o acampamento com aspecto de abandono, com muitos barracos com lona rasgada sem uso. O acampamento passou por um momento bem crítico, quando foi diminuindo a população. Muitos passaram a ficar no acampamento apenas uma vez por semana, porém não moravam definitivo. E chegou um período em que apenas dezoito famílias estavam morando no acampamento.

É triste ver que as famílias mais humildes às vezes precisam abrir mão de seus sonhos de ter a terra por falta de apoio do poder público. A morosidade que os órgãos competentes tratam a Reforma Agrária é de dar tristeza. Muitas vezes, são anos de sofrimento que as famílias precisam enfrentar debaixo da lona preta, sem ter apoio do poder público nas questões referentes a alimentação, atendimento médico, educação e outros itens essenciais.

ais para conquistar uma terra.

Outro problema que pode ter afetado a permanência das famílias foi um certo distanciamento cometido pela direção regional do movimento daquela época. Certamente por estar atendendo a outras demandas, a direção ficou muito tempo sem dar atendimento ao acampamento, e muita gente sentia falta dessa presença para dar informações sobre a área e como estava a negociação entre o INCRA e os gerentes da fazenda. Acredita-se que houve algum problema também no telefone do dirigente, porque este não atendia o telefonema das lideranças do acampamento, que iam andando até o povoado de Maracaiá, a 07 km de distância, para ligar de um telefone público. Foi um momento muito difícil, em que se chegou ao ponto das pessoas que ali estavam resistindo pensarem em retirar a bandeira e abandonar a área. Mas, com o apoio mútuo, foi possível vencer esse momento crítico. Ao passo que começaram aparecer mais pessoas, a direção do movimento começou acompanhar com melhor frequência, e as coisas foram se organizando. Com a chegada de mais famílias, o acampamento voltou a se restabelecer. As dificuldades foram muitas, porém, com bastante resistência e firmeza na luta, foi conquistada a terra como relata (JESUS, 2006, p. 46):

Cabe explicitar, que a conquista do Assentamento acima mencionado deu-se mediante muita luta e resistência e mística dos trabalhadores/as acampados daquele período, que após quatro anos de persistência passando por várias situações de dificuldades, como por exemplo, ausência de água, de alimentos, de acesso a transporte – inclusive do acesso a sede do município, cabe frisar que o deslocamento dos assentados até a referida sede, perfaz-se uma distância de 18 Km por estradas vicinais, por sua vez, em precárias condições de tráfego.

Uma das políticas públicas que contribuiu muito com a comunidade foi a distribuição de cestas básicas enviadas pelo INCRA. Embora acontecesse sem um cronograma regular, quando chegava, era motivo de muita alegria para as famílias, porque sabiam que havia comida garantida para se alimentar por um certo período.

Uma época em que o acampamento ficou muito movimentado foi quando a empresa Klabin, ex-dona das terras, após a retirada dos eucaliptos que havia plantado na propriedade, disponibilizou as pontas de madeira para a associação fazer o reaproveitamento com as pessoas do acampamento. A maioria dos pais e mães de família se envolveram no corte, empilhamento, carregamento de caminhões, entre outras atividades, e isso ajudava no aumento de renda das famílias num momento de muita dificuldade em que o acampamento se encontrava. Com a venda destas madeiras, a associação adquiriu um veículo popular do tipo Gol para dar assistência ao acampamento, principalmente nas emergências de saúde. A partir desse momento, as coisas já começaram a melhorar, porque antes, quando alguém adoecia, precisava requisitar socorro no povoado de Maracaiá, a 07 km de distância. Depois do veículo, a comunidade não necessitava mais incomodar os vizinhos.

Outra atividade que merece destaque foi o trabalho da horta. Como o acampamento era dividido por núcleos de base², cada dia da semana havia dois núcleos escalados para cuidar da horta coletiva, além de dois coordenadores fixos para planejar e acompanhar as atividades a serem realizadas na horta. Tudo que era produzido era dividido pelas pessoas que participavam dos trabalhos, de acordo sua frequência. Havia também a roça coletiva, que era coordenada pelo Setor de Produção³ do acampamento, com a participação também dos núcleos de famílias. Toda semana tinha o trabalho coletivo, em que todas as famílias trabalhavam um dia, e essa produção também era dividida, de acordo o nível de participação no trabalho coletivo. Aqueles que tinham maior frequência recebiam mais do que aquele que teria menor frequência.

O trabalho coletivo é um dos princípios do MST e, geralmente, é coordenado pelo Setor de Produção. Esse trabalho pode acontecer nas roças coletivas ou em alguma estrutura coletiva, como limpeza das praças, embelezamento do acampamento ou assentamento, construção de alguma obra coletiva.

Mesmo diante dos desafios enfrentados pela comunidade, a prática do trabalho coletivo e participativo tem contribuído bastante na superação dos empecilhos, haja vista, a implantação da roça e horta comunitária, ressaltando o papel das mulheres na coordenação da roça comunitária; a limpeza coletiva do assentamento, a participação efetiva da comunidade com manifestações culturais, resgatando os valores e as crenças populares dos nossos ancestrais, na vida e nos projetos da escola, inclusive na conquista de um laboratório de inclusão digital, do processo de elaboração do projeto político pedagógico (PPP) curso, da Rádio Comunitária que estão em curso e da reivindicação de uma escola de ensino fundamental e médio que já está projetado pela comunidade (JESUS, 2006, p. 47).

Em relação às diversões no acampamento, o tradicional baba (jogo de futebol entre amigos) no final da tarde ou final de semana era muito forte. Tinha também jogo de dominó debaixo das árvores, roda de violão às noites na estrutura da macaca ou debaixo das árvores, e alguns gostavam de tomar uma cachacinha nos barracos (porém escondidos, porque era proibido consumo e venda de bebida alcoólica no acampamento na época).

Um dos maiores problemas que afetava as famílias do acampamento era a falta de água. A questão é a seguinte: a água que abastecia a comunidade vinha de um poço artesiano antigo do período em que a fazenda estava funcionando. Porém, com o aumento da população, também aumentou a demanda de água, e este mesmo poço começou a apresentar problemas.

² São grupos de 10 famílias em que são divididos os acampamentos ou assentamentos para facilitar a organização e coordenação da área.

³ O MST também é dividido por setores para cuidar de cada atividade do Movimento, e o Setor de Produção é um deles.

Algumas vezes, a própria empresa dona da fazenda mandava a equipe técnica consertar o poço artesiano, mas quando o INCRA desapropriou a área e emitiu a posse para as famílias Sem Terra, elas ficaram sem saber a quem recorrer quando o poço apresentava defeito, já que é um serviço especializado de custo muito elevado. Enquanto isso, as pessoas usavam água do tanque da usina, situado a 2 km dali. Este era uma estrutura de cimento que colhia a água da enxurrada da estrada, que servia para dar água aos animais. Nesse momento crítico, era desta água que as pessoas do acampamento utilizavam para todas as necessidades humanas, muitos ferviam e usavam até para beber. Houve tempos em que até a água do tanque da usina terminava, e as pessoas começaram pegar água a 7 km de distância, no povoado de Maracaiá. Outros tempos, a prefeitura abastecia com carro pipa, o que não era suficiente. Foi muito tempo de sofrimento que a comunidade enfrentou com a falta de água, como mostra a figura abaixo, da fileira de baldes para apanhar um pouco de água no carro pipa enviado pela prefeitura.



Imagem nº 05: Momento das famílias pegarem água no carro pipa da prefeitura. Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2005.

As famílias já chegaram a ficar até um ano sem água, porque a bomba do poço artesiano havia quebrado. A situação só veio melhorar quando, depois de muita luta, foi construído um novo poço artesiano pela Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB). Ainda assim, esse novo poço deu alguns problemas, principalmente por conta da rede elétrica inadequada, deixando a comunidade sem o abastecimento de água muitas vezes. Agora está mais fácil de resolver esta questão, porque muitas famílias já foram contempladas com o programa de cisterna familiar do governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O programa constrói cisternas de 16 mil litros, instaladas ao lado das residências, que armazenam a água da chuva captada através do telhado das casas.

⁴ O tanque da usina é um grande reservatório de água construído no chão para captar a água da chuva canalizada por valas na estrada.

Essas cisternas foram construídas por etapas, e não contemplaram todas as famílias de uma vez. Mas, quando faltava água, as famílias sempre puderam contar com a solidariedade dos vizinhos que já tinham sido contemplados com a cisterna, dividindo a água quando até que todas as famílias puderam ser contempladas com essa importante tecnologia.

Outro problema enfrentado pelas famílias desde a época do acampamento até os tempos atuais é a destruição das roças causada pelos gados dos fazendeiros vizinhos que sempre pastavam soltos no tabuleiro. Como as famílias não disponibilizavam de recursos financeiros para fazer cercas reforçadas, os animais forçavam e entravam para roça e destruíam toda plantação, e não havia responsável para pagar os prejuízos, geralmente o agricultor acaba perdendo toda sua produção e trabalho para fazer a roça. Raras vezes aparecia o responsável pelo gado para recompensar a perda das roças. Esse problema envolveu a justiça, delegacia de polícia, a ouvidoria agrária do INCRA, e até os tempos atuais ainda existem esses animais pastando soltos, que volta e meia causam prejuízo para os assentados.

É perceptível que, após a chegada dos Sem Terra na região, criou-se um conflito com os criadores de gado das comunidades vizinhas que, historicamente, utilizaram estas áreas da fazenda para soltar os animais, principalmente no período de estiagem, como demonstra Cruz (2014, p. 20): “Os criadores de gado não gostam dos sem terra, pelo fato de criarem confrontos impedindo que colocassem o gado para pastar nas terras as quais [sic] se apropriaram. Esse é o principal motivo para os criadores rejeitarem a população que faz parte do movimento sem terra em Água Fria”.

Dessa forma, como vimos anteriormente, além de tantas dificuldades que os assentados enfrentavam, ainda havia uma rejeição por boa parte da população aguafriense, principalmente aqueles ligados aos pequenos pecuaristas que utilizavam as terras para criar animais bovinos soltos.

Após um longo período de dificuldade que os acampados enfrentaram sem ter uma certeza de que essa terra seria realmente conquistada, chegou o grande dia do Oficial de Justiça trazer o ofício do ato de desapropriação da área, no dia 27 de dezembro de 2002. E, no dia 20 de janeiro de 2003, o INCRA publica o decreto de criação do Projeto de Assentamento (PA) Menino Jesus, que hoje é popularmente conhecido por Assentamento Menino Jesus. Esse momento foi muito especial e deu uma segurança e uma certeza para todos que ali estavam na luta por um pedaço de terra para trabalhar, e uma garantia que não haveria mais o temido despejo. A partir desse momento, a comunidade deixou de ser acampamento Menino Jesus e passou a ser Assentamento Menino Jesus.

Após essa conquista, os assentados continuaram se organizando e discutindo a possibilidade de fundar uma associação para ter uma entidade jurídica que lhes representasse e pudesse captar recursos através dos projetos disponibilizados pelo INCRA, pelo governo estadual e outros órgãos. Então, no dia 25 de setembro de 2003, foi fundada a associação.

Na oportunidade, 24 assentados(as) reuniram-se em Assembleia Geral e criaram a Associação Comunitária dos Agricultores Sem Terra do Assentamento Menino Jesus, onde discutiram e aprovaram o Estatuto, fizeram

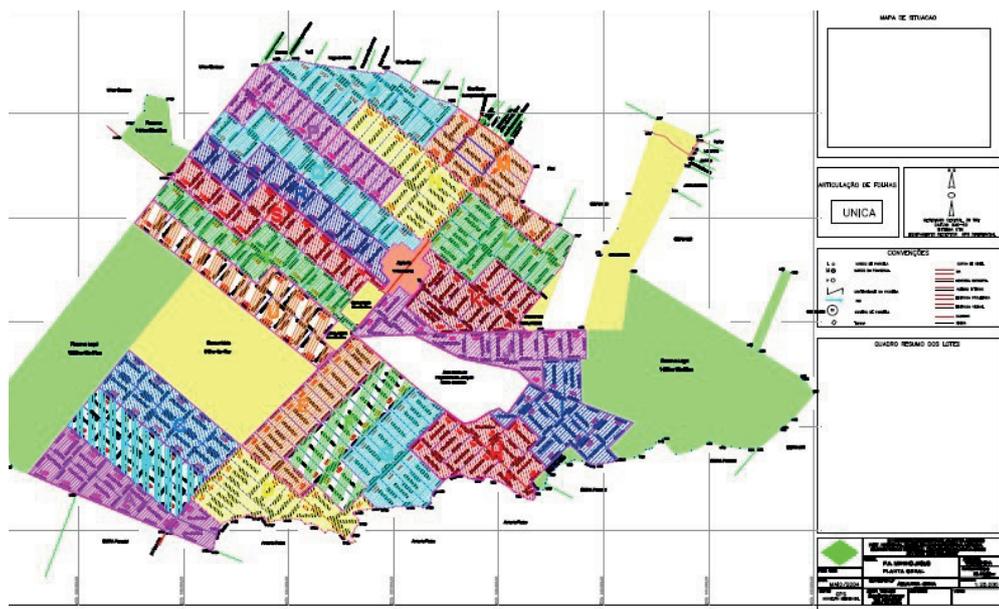
eleição e deram posse da primeira diretoria do biênio 2003 a 2004.

Com o decreto da emissão de posse, as famílias assentadas ficaram mais animadas com mais um grande passo na conquista da terra. Esse decreto motivou muitas famílias se decidirem a morar na área debaixo da lona preta. Conseqüentemente, aumentou o número de estudantes na escola, e foram chegando também novos professores.

[...] o mesmo possui uma escola de ensino fundamental denominada de Escola Municipal Fábio Henrique Cerqueira, onde funciona os três turnos de 1ª à 4ª série, além da Educação de Jovens e Adultos – EJA, totalizando um quantitativo de aproximadamente 162 educandos, mais 10 educadores e 03 auxiliares de serviços gerais e administrativos (JESUS, 2006, p. 47).

No dia 24 de novembro de 2003, o INCRA fez o cadastro das primeiras famílias, e assim continuavam as conquistas. Em 2004, saiu o projeto de fomento, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Um recurso não reembolsável com objetivo de aumentar a capacidades produtivas das famílias beneficiárias para que pudessem, a partir do trabalho próprio e do apoio das políticas públicas, ampliar a produção de alimentos e a renda.

Após o processo de emissão de posse para os agricultores Sem Terra, em junho de 2004, chegou uma empresa de georreferenciamento contratada pelo INCRA para fazer a medição total da fazenda, dividir em lotes para distribuir com as famílias, discriminando as áreas coletivas (decidido pelos assentados), as reservas legais, as estradas e a área em que seria construída a agrovila. Desta forma, ficaram 1.477,96 ha de área comunitária, dividida em cinco locais diferentes; 2.727,59 ha de reserva legal, dividida em quatro áreas diferentes, equivalente a 20% da área total como exige a legislação; 111,61 ha para a agrovila, onde estão construídas as casas com um quintal produtivo medindo 30m de frente por 120m de comprimento; e mais 212 lotes de produção, medindo 39 ha para cada assentado, como mostra o mapa a seguir. Vale salientar que todo serviço de abertura de picadas para fazer o balizamento e medição da área foi feito pelos próprios assentados contratados pela empresa.



*Imagem 06: Mapa territorial do assentamento Menino Jesus.
 Fonte: GPS Correção Diferencial
 Data: Maio 2004*

Depois que a empresa contratada concluiu o serviço, foi feito o sorteio dos lotes em um ato festivo e especial, no dia 21 de outubro de 2004, com a presença do então superintendente do INCRA na Bahia, Sr. Marcelino Galo; a direção estadual do MST, representada pela Sra. Djacira Maria; o deputado estadual Sr. Valmir Assunção; e a empreendedora social do INCRA de prenome Sra. Elaine, como registrado no livro de ata da Associação na página 28.



*Imagem nº 07: Assembleia de sorteio dos lotes feito pelo então superintendente do INCRA, Marcelino Galo.
 Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2004.*

Neste ato, foi discutida a possibilidade das famílias que resistiram, desde o início da ocupação até aquele dia, terem direito de escolher o seu lote de produção onde achassem melhor, como forma de reconhecimento por terem passado todas as dificuldades e terem resistido até o fim. Após consulta aos presentes, todos concordaram e assim foi feito, sendo 18 famílias a escolherem seus lotes, e as demais entraram no sorteio.

Após o sorteio, foi dado um tempo para quem quisesse trocar o número do lote por livre e espontânea vontade, e logo depois foi registrado em ata o número do lote de cada família, como consta no livro de ata da associação, na data de 21 de outubro de 2004. Continuando as conquistas dos assentados, após muitas mobilizações na Superintendência do INCRA em Salvador, surge a notícia do crédito habitação. A partir disso, começaram as discussões nas assembleias sobre como seriam os modelos e projetos dessas casas.

No dia 21 de dezembro de 2004, a comunidade se reuniu em Assembleia Geral para solicitar oficialmente ao INCRA a liberação do crédito habitação que já estava em conta para iniciar a construção e instituir uma comissão da associação para movimentar a conta juntamente com o servidor do INCRA. Após diversas discussões sobre o projeto de habitação, os assentados chegaram a um consenso que não iriam aceitar do INCRA a construção padronizada, e foram feitas reuniões para selecionar alguns projetos de casas que se adequassem melhor a cada família do assentamento. Apareceram sugestões de casa de 2 e 3 quartos, com varanda na frente, entre outros modelos.

Depois de ouvir a comunidade, o dirigente do MST levou as sugestões para um profissional de engenharia civil para elaborar os projetos, sendo que todos teriam que ter a mesma quantidade de material e o mesmo valor que o INCRA liberou, ou seja, R\$ 5 mil por família. Para que pudesse construir uma casa maior, a comunidade decidiu que não iria contratar empresa, e que os próprios assentados, juntamente com a direção, aproveitando a mão de obra disponível na comunidade, iriam gerir o recurso e construir as casas através de mutirões, para que conseguissem fazer casas maiores com o recurso financeiro disponível, conforme relatado por Ramos (2010, p. 83):

As lideranças do Assentamento Menino Jesus optaram por empregar o crédito para habitação, oriundo do Incra, em um mutirão, de modo a obter casas mais amplas. À época dos cursos, o crédito era aproximadamente R\$ 5 mil reais [sic] por família. O custo unitário básico de construção (por m²) na Bahia (CUB-BA), que não computa em seu cálculo benefícios e despesas indiretas (BDI) nem lucro das empresas, em janeiro de 2007, no padrão casa popular, era R\$ 581,92. Tomando-se por base este parâmetro, seria possível construir um imóvel com área de 8,59 m². Por meio do mutirão, foi possível construir casas com 50,30 m², ou seja, uma área quase cinco vezes maior.

Outra questão que merece destaque sobre a construção das casas do assentamento foi o tipo de tijolo que a comunidade decidiu construir, que foi o tijolo de solo-cimento —considerado como ecológico por não necessitar de utilizar madeira para queimar — construído na própria comunidade. Essa ideia surgiu depois que alguns dirigentes do MST visitaram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), situada em São Paulo, e viram esta experiência bem sucedida tanto na parte de construção do tijolo, quanto na parte dos mutirões. De acordo com o fabricante das máquinas Sahara, esse tijolo traz várias vantagens para as famílias. Não é preciso queimá-los, tem um bom controle acústico, bom controle térmico por ter furos no meio e, além de usar mão de obra familiar, por ser modular, muitas famílias podem construir suas casas com a ajuda de um profissional.

Ao todo, seriam construídas 212 casas na vila agrícola. Escolheram como tecnologia construtiva um sistema de tijolos de solo-cimento compactados modulares, a serem fabricados no próprio assentamento. Esta tecnologia foi denominada “tijolo ecológico” pela empresa que a desenvolveu, a Sahara, por não haver queima na produção dos tijolos: feitos a partir de uma mistura de arenoso (retirado de jazidas locais), cimento e água, a cura, ou secagem, acontece ao longo de sete dias. Eliminada a queima, diminui-se o desmatamento e a emissão de carbono na atmosfera. Segundo o dirigente regional do movimento Antônio de Araújo Filho a idéia [sic] de utilizar o tijolo ecológico surgiu a partir da construção da Escola Nacional Florestan Fernandes do MST em São Paulo, onde foi usada a mesma tecnologia (RAMOS, 2010, p. 83).

O sistema de construção escolhido pelos assentados apresentou alguns problemas, como a conservação dos materiais, desperdício de cimento, entre outros. Como se optou por comprar todo o material das 212 casas de uma só vez, para conseguir um preço mais acessível direto da fábrica, era muito material a ser armazenado, e os assentados não tinham experiência de como fazê-lo. Com o tempo passando e a construção dos tijolos num ritmo muito lento e com problemas na mistura da massa, foi atrasando a construção e começou a se perder alguns materiais, como cimento e madeiras. Diante dessas dificuldades, o dirigente do MST entrou em contato com o gerente da fábrica da máquina dos tijolinhos, a Sahara, e o mesmo veio pessoalmente verificar o que estava acontecendo e orientar na confecção do tijolinho. Visitou o canteiro de obra da construção dos tijolos, verificou o tipo de solo que estava sendo utilizado e as proporções da mistura e concluiu que o solo era o ideal e que as pessoas precisavam apenas de um treinamento para melhorar a qualidade na produção. Para isso, era preciso deslocar uma equipe de pessoas para São Paulo até a fábrica para participarem de um curso promovido pela empresa Sahara.

Assim foi feito, foram dez pessoas conhecer a fábrica e receber um treinamento. As pessoas que viajaram para participar desse treinamento tiveram a oportunidade de conhecer toda a estrutura da fábrica e a Escola

Nacional Florestan Fernandes, a qual foi inspiração para a construção das casas do assentamento com esse tipo de tijolinho. Passaram por instruções sobre os tipos de solo, as proporções da mistura, o ponto de umidade, a secagem e o armazenamento.



Imagem nº 08: Treinamento da fabricação dos tijolinhos ecológico em São Paulo na fábrica da SAHARA.

Essas dez pessoas que participaram do treinamento tiveram a missão de, ao retornar, repassar os conhecimentos para as outras pessoas que estavam envolvidas diretamente na construção dos tijolos. Entretanto, mesmo após o treinamento que aconteceu em São Paulo, o ritmo da produção de tijolos não estava sendo suficiente para dar conta da demanda das 212 casas prevista pelo projeto em tempo hábil. Então, o dirigente do MST entrou em contato com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular (Thaba), ligado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para ministrar um curso de construção civil para uma turma de pessoas interessadas em participar da construção das casas do assentamento. A ideia era ampliar os profissionais das diversas áreas da construção civil e, assim, adiantar a construção das casas, porque as famílias estavam vivendo em situação precária nos barracos de lona preta, e os materiais estavam se deteriorando.

Diante destas dificuldades, com a construção de 22 casas em andamento, em março de 2006 as lideranças locais procuraram o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular (Thaba), ligado à Pró-Reitoria de Extensão (Proex), da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). A idéia [sic] era que o Thaba ministrasse cursos de formação profissional, enfocando as atividades de pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricitista e pintor, utilizando a tecnologia do tijolo ecológico, de modo que os agricultores qualificados pudessem reproduzir o conhecimento adquirido, construindo as casas populares da vila agrícola. Também seriam realizados, pelo Thaba, o ajuste de traço para os tijolos fabricados em solo-ci-

mento, o treinamento para a correta fabricação dos tijolos, e a implementação dos apropriados armazenamento e controle de estoque de materiais de construção. Em paralelo a estas ações, ao longo dos cursos, seriam construídas quatro unidades habitacionais, com aproximadamente 50,00 m² cada uma delas (RAMOS, 2010, p. 85).

O Curso do Thaba aconteceu de novembro de 2006 a março de 2007 e conseguiu capacitar uma turma de 48 estudantes, entre homens e mulheres, nas profissões de pedreiro, carpinteiro, eletricista, pintor e encanador. Alguns saíram realmente capacitados e em condições de fazer a construção de uma casa sozinhos, e outros com noções básicas que contribuíram na construção de outras casas no mutirão. Vale salientar que houve várias pessoas que antes nunca haviam trabalhado na construção civil e depois do curso foram capazes de construir sua própria casa juntamente com sua família.

Esse curso contribuiu consideravelmente na construção e adiantamento das casas do assentamento, deixando quatro casas prontas e diversos profissionais que construíram suas casas e as casas de outras pessoas participando dos mutirões. Com essa ideia de construir as casas no mutirão, ficaram previstos no orçamento apenas R\$ 700,00 para uma ajuda de custo de mão de obra, e nenhum pedreiro de fora queria vir receber esse dinheiro para construir uma casa no assentamento, portanto, teriam de ser construídas pelos próprios assentados.

É importante afirmar que, por mais que o projeto dos tijolos ecológicos fosse preferência da grande maioria dos assentados, não foi possível continuar a construção com esse modelo, porque a quantidade de pessoas disponíveis para fabricar os tijolos e para construir as casas era insuficiente para concluir em tempo hábil. Dessa forma, foram construídas trinta e duas casas com tijolo ecológico e as demais com o bloco de cerâmica convencional.

De acordo com o livro de ata da Associação do Assentamento Menino Jesus, no dia 12 de outubro de 2007, foi feita uma Assembleia Geral extraordinária e aprovada a mudança do tijolo ecológico para o bloco convencional para concluir as 157 casas restante com o recurso que foi liberado. Vale ressaltar que, para fechar as 212 casas, o INCRA precisou liberar recurso de 23 casas em que os assentados ainda estavam com pendências no cadastro. Nessa mesma assembleia, foi aprovada a contratação de uma empresa para construir essas casas com a participação dos pedreiros do assentamento.

Após a conclusão das casas em 2009, o INCRA liberou o segundo projeto de apoio que os assentados têm direito. Em discussão com os assentados, ficou decidido em Assembleia que esse recurso seria destinado para compra de arame, devido à dificuldade das pessoas cercarem seus lotes para proteger dos animais soltos no assentamento, como já foi relatado anteriormente. Também a partir de 2009, o assentamento foi contemplado com outros projetos financiados pelo INCRA, o que possibilitou a recuperação das estradas principais e abertura das estradas vicinais para facilitar o acesso aos lotes e escoamento da produção.

Houve ainda a liberação do projeto Semi-Árido. Em discussão em Assembleia, ficou decidido utilizar tal recurso para perfurar dois poços artesianos e canalizar água em todo percurso da estrada principal que pertence ao assentamento, iniciando no limite do eucalipto da Copener Florestal, sentido Água Fria, até o limite com o povoado de Maracaiá, sentido ao município de Sátiro Dias. Porém esse projeto ficou inacabado, só foi possível perfurar os poços e revesti-los, mas não foram instaladas as bombas, nem a rede de tubulação.

Outro projeto muito importante conquistado pelas famílias assentadas foi a construção das cisternas de captação da água da chuva, já que a região em que o assentamento está situado sofre muito com escassez de água. Com a constante falta de água causada por problemas na bomba do poço artesiano que abastece a comunidade, as cisternas serviam para manter as famílias abastecidas por um longo período até que os órgãos competentes pudessem fazer o conserto da bomba, diminuindo assim o sofrimento das famílias.

Com o tempo, as famílias começaram a receber o projeto das cisternas de produção conhecida como “cisterna calçadão”, que capta a água de um calçadão construído de cimento e canaliza para um reservatório com capacidade de 52 mil litros. Esse projeto tem a intenção de contribuir com as famílias que moram na região semiárida para irrigar pequenas áreas de terra como uma horta familiar ou um pomar para subsistência das famílias. O assentamento foi contemplado com apenas 30 cisternas calçadão, e é possível observar que muitos desses lotes que foram contemplados têm um desenvolvimento diferente dos demais. Geralmente, as pessoas cultivam hortaliça, têm muitas árvores frutíferas e pequenos criatórios de aves ou suínos. Certamente, essa tecnologia tem sua grande parcela de contribuição no melhoramento de vida de muitas famílias do assentamento, uma vez que este fica numa região de baixa pluviosidade e de irregularidades no regime das chuvas. Quem não consegue ter água armazenada tem uma vida muito limitada no tocante à agricultura, principalmente no período do verão.

Feita esta apresentação das lutas pela conquista e organização do assentamento, apresentaremos a seguir um recorte histórico das lutas pela Escola Fábio Henrique de Cerqueira e pela educação escolar no Assentamento Menino Jesus ao longo destes quase 23 anos.

3. ESCOLA FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS

A Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira está situada no Assentamento Menino Jesus, município de Água Fria - BA. A mesma iniciou sua atividade no ano de 1999, quando começou a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela ocupação da fazenda Paracatu, antiga fábrica de artefatos de sisal e celulose, pertencente à empresa Klabin, uma multinacional do ramo de celulose (plantio de eucalipto para industrialização de papel). Logo após a ocupação da área, ainda no início de 1999, a direção do MST se preocupou em articular as aulas para as crianças e adolescentes em idade escolar participante do acampamento juntamente com suas famílias, isto faz parte da política de educação do movimento desde suas primeiras ocupações.

O Movimento, ao construir os primeiros acampamentos no Rio Grande do Sul, percebeu que a educação das crianças era uma necessidade, uma vez que desse movimento participavam e participam não só adultos, mas crianças em idade escolar e que por estarem acampadas ficavam sem estudar. Para suprir a essa necessidade foram realizadas ações de luta pelo acesso à educação e, sobretudo, à escola nos espaços da Reforma Agrária (BAH-NIUK, 2015, p. 42).

No caso do assentamento Menino Jesus, a direção do MST iniciou o processo de reivindicação da escola logo nos primeiros dias de acampamento, marcando reuniões com o então prefeito do município de Água Fria, o Sr. Balbino Leão de Almeida, e o secretário de Educação, Sr. Fernando Cunha. Porém, os mesmos não aceitaram abrir uma escola para atender essa demanda, alegando que não haveria uma garantia destas famílias permanecerem na área ocupada, comparando pejorativamente o MST com os povos ciganos que vivem como nômades. Mesmo sem autorização e aceitação do poder público municipal, a direção do então acampamento, juntamente com os coordenadores do movimento e a coordenadora do Setor de Educação, alguns professores acampados e mais alguns voluntários resolveram criar a escola, organizando as crianças e adolescentes em duas turmas multisseriadas, uma com educação infantil, 1ª e 2ª série; e a outra turma com 3ª e 4ª série.

Toda equipe pedagógica e administrativa realizava a limpeza da escola que funcionava de forma voluntária. A merenda era fornecida através de doações das famílias acampadas, que, mesmo com suas dificuldades financeiras, ainda dividiam um pouco com as crianças da escola.

O espaço para o funcionamento foi organizado em algumas casas antigas da fazenda, que a comunidade limpou para que servissem como salas de aula. Os bancos eram improvisados com troncos de árvores secas encontrados no local, e os materiais didáticos, doações de alguns moradores

da comunidade, alguns padres da cidade de Serrinha, a exemplo de Nicássio, e da cidade de Ichú padre Leopoldo Garcia.

A imagem que vemos a seguir foi onde funcionou uma das primeiras salas de aula. No fundo havia uma cozinha comunitária com fogão a lenha, que era utilizado pela escola e pelas famílias recém-chegadas que ainda não haviam se estruturado.



Imagem nº 09: Primeira sala de aula da escola e cozinha comunitária do acampamento. Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2003.

Como demonstra a imagem, mesmo depois de alguns reparos na estrutura física da sala de aula pelos moradores, ainda se percebe o telhado danificado, com risco de cair alguma telha e causar algum acidente.

Durante este período, a direção do movimento, juntamente com as famílias, continuou insistindo e reivindicando a abertura da escola, efetivação das matrículas e a inclusão das turmas no sistema do MEC. Diante de muita luta e insistência da equipe de negociação, a Secretaria Municipal de Educação aceitou vincular os estudantes a uma escola que estava ativa no que se refere à documentação, porém fechada por falta de alunos, denominada Escola Municipal Everaldo Pinheiro dos Reis, localizada na Fazenda Serrado, no município de Água Fria como confirma Silva (2014, p. 84):

Os assentados passaram a reivindicar do município a construção de um prédio novo para a escola e a contratação de professores, mas, segundo eles, houve resistência por parte da prefeitura, que vinculou, a priori, todos os alunos do assentamento à escola Everaldo Pinheiro dos Reis, que funcionava na fazenda Serrado e que havia fechado por falta de alunos.

Só a partir desse momento, no início do segundo semestre de 1999, a prefeitura municipal de Água Fria resolveu contratar e remunerar os dois professores que já estavam trabalhando. Um desses fui eu e a outra pessoa foi a professora Eliana, que até aquele momento estava desenvolvendo os trabalhos com os estudantes voluntariamente. A administração desta escola ficou compartilhada com outras escolas pequenas do distrito de Pataíba. A

direção destas era centralizada em uma diretora que ficava na sede do distrito e administrava as demais escolas da área rural. Do ano 2000 em diante, houve um aumento significativo de educandos, devido à chegada de muitas famílias ao acampamento. Com isso, foram chegando também professores e professoras para ingressar na luta pela terra e, dessa forma, foram convidados(as) a participar do Setor de Educação e lecionar aos Sem Terrinhas do acampamento Menino Jesus. Durante esse processo de construção e efetivação da escola no período de acampamento, os professores que participaram do trabalho da educação como acampados foram: Vangilson, Eliana, Lilianna, José Ivan, Diana, Mirian, Artaísa, Edmilson e Gisele. Posteriormente, foram sendo incorporados outros professores assentados, principalmente nas turmas da EJA, nos programas Mais Educação e na turma do Ensino Médio.

No tempo em que a direção da escola era compartilhada, havia muita dificuldade na aquisição de materiais didáticos, de limpeza e merenda escolar, pois os mesmos eram concentrados todos na sede do distrito de Pataíba e distribuídos gradativamente para as escolas, muitas vezes faltavam na escola, e demorava muito para o estoque ser repostado. Enquanto isso, era preciso muito esforço, improvisado e doação das famílias acampadas e parceiros que vinham visitar o acampamento.

Os professores da escola participavam, a cada quinze dias, das atividades complementares (AC), onde eram realizadas orientações de planejamentos coletivos propostos pela Secretaria Municipal de Educação e pela Coordenação Pedagógica do distrito. Porém, percebíamos certa discriminação e isolamento nas atividades por parte de alguns professores do município pelo fato dos professores do então acampamento pertencerem ao MST. Naquele momento, éramos vistos como invasores de propriedade, e muitos destes professores evitavam se juntar com os professores Sem Terra. Houve um período de 1999 a 2002 em que os serviços de limpeza e merenda da escola foram realizados pelos pais dos estudantes de forma voluntária, bem como a ciranda infantil, que desde o início das atividades da escola vinha acontecendo. O poder público não dava a assistência necessária para o bom funcionamento da escola. As aulas funcionavam em casas velhas da antiga fazenda, na maioria das vezes deterioradas, como foi visto na imagem acima, sem banheiro adequado, telhado, piso e portas estragadas, com quadro de giz e cadeiras velhas que já haviam sido usadas por outras escolas do município.

Algumas poucas vezes, a prefeitura fez pequenos reparos nas estruturas da escola. A mais relevante foi quando conseguiu trocar algumas portas e janelas antigas com vidros quebrados de uma das salas de aula como mostra a imagem a seguir.



*Imagem nº 10: Sala de aula com portas e janelas de vidros quebrados.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2003.*

Vale salientar que no período de inverno fazia muito frio dentro da sala e chegava a molhar os cadernos das crianças. Após muita reclamação, houve a visita de um técnico da prefeitura que comprovou a dificuldade e substituiu por portas de madeira. Geralmente, a pintura da escola era feita pela própria comunidade de forma voluntária, pedindo doações de tinta e fazendo o serviço de pintura coletivamente.

Nas pautas de discussões do acampamento, havia um desejo da comunidade de mudar o nome da escola para homenagear alguém que tivesse feito parte da luta do povo Sem Terra. Foi, então, programada uma Assembleia em que cada participante teve a oportunidade de sugerir um nome para a escola que seriam, posteriormente, avaliados e um seria eleito pela Assembleia Geral. O nome de maior aceitação foi o de Fábio Henrique de Cerqueira, um militante do Setor de Frente de Massa do movimento que atuou no extremo sul da Bahia e que lutava por uma educação de qualidade para as famílias Sem Terra, defendia que, assim que iniciasse um acampamento, deveria ser montado o barracão da escola e iniciadas as aulas, mesmo que de forma provisória.

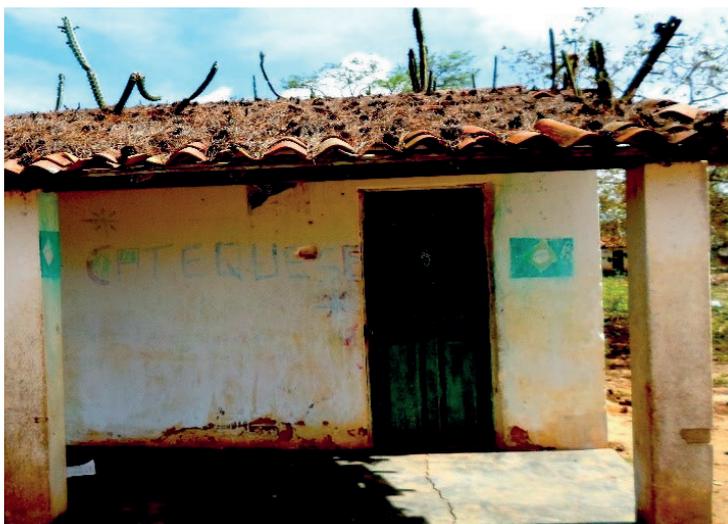
Em 2005, foi encaminhado um projeto de lei para a Câmara de Vereadores do município de Água Fria para a mudança do nome de Escola Municipal Everaldo Pinheiro dos Reis para Escola Municipal Fábio Henrique de Cerqueira. O projeto foi encaminhado pelo vereador Evangivaldo Desidério, um parceiro do Movimento Sem Terra. A discussão foi feita numa seção ordinária e com a participação de muitas pessoas da comunidade do assentamento como plateia para pressionar os demais vereadores a aprovarem o novo nome da referida escola, como afirma Silva (2014, p. 84):

Em 2005, os assentados se reuniram em Assembleia com o Setor de Educação e mudaram o nome da escola para Fábio Henrique de Cerqueira, porém os processos reivindicatórios pela construção do espaço físico da escola continuaram, bem como para a contratação de novos professores, para suprir a demanda dos alunos que aumentava a cada ano.

A Câmara aprovou o nome sugerido para a escola com maioria absoluta, e, assim, a administração da escola ficou apta a tomar as devidas providências para registrar em cartório o novo nome da escola como Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira. Nesse momento, o prefeito do município de Água Fria me nomeou como diretor da nova escola, uma vez que eu era assentado e do quadro efetivo de funcionários do município, atendendo à legislação municipal.

Devido ao aumento do número de alunos, a escola foi oficializada, porque, por lei, toda escola que tem mais de 100 (cem) alunos se torna uma unidade executora. E foi o que aconteceu com a referida escola, que pôde mudar de nome, legitimada pela escolha da comunidade, além de ter sido nomeado um diretor, membro do assentamento (SILVA, 2014, p. 85).

Dessa forma, toda equipe de trabalho da escola era composta por participantes do MST: o diretor, os professores e os agentes de serviços gerais. Portanto, foi preciso organizar um espaço para que pudesse funcionar a diretoria da escola.



*Imagem nº 11: Casa em que funcionou a diretoria da escola.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2003.*

Em 2008, aconteceu um fato na educação do assentamento que merece destaque. Foi programado um concurso público para o município de Água Fria, edital 003/2008, com 143 vagas, porém apenas cinco vagas para professores de 20 horas exclusivamente para o assentamento Menino Jesus. O prazo de inscrição foi de 07 a 11 de abril de 2008, presencialmente na biblioteca municipal no horário de atendimento matutino e vespertino. Como o assentamento nessa época não havia transporte para as pessoas irem para cidade e nem funcionava telefone porque não havia sinal, os professores do assentamento só ficaram sabendo no último dia e não tiveram tempo hábil para ler o edital e ver que a prova de título teria que ser entregue no ato da inscrição.

Portanto, nem todos os professores fizeram a inscrição, e os que fizeram não alcançaram a pontuação necessária para ficar entre as vagas. Desta maneira, como não foram classificados dentro das vagas, todos professores do assentamento que estavam atuando na escola tiveram que sair das suas salas de aula para ceder as vagas para os novos professores aprovados no concurso, que não possuíam nenhum tipo de afinidade com a comunidade de assentamento e nem com o MST. A partir de 2009, com a chegada dos novos professores, houve grande resistência da comunidade e dos educandos em aceitar a troca dos professores da comunidade que já haviam contribuído tanto nos momentos difíceis do assentamento para ceder vagas aos novos que vieram de fora só para dar aula e sem nenhum tipo de compromisso com a luta da escola e do Movimento Sem Terra. Essa mudança trouxe grandes impactos na educação escolar dos educandos da Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira, porque os novos professores vindos da cidade não conheciam a realidade e nem o processo de luta de um sujeito Sem Terra, como sua forma de se organizar, suas formas de lutar por direitos, os encontros de Educadores, dos Sem Terrinhas, suas músicas, gritos de ordens, místicas, tudo isso fazia parte da realidade das crianças e poderia se perder se esses professores não se adaptassem a essa nova realidade.



Imagem nº 12: Crianças do assentamento participando da mística no encontro regional dos Sem Terrinha em São Sebastião do Passe - Bahia.

Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2008.

A imagem acima é uma demonstração de que a educação das crianças Sem Terra tem suas especificações, e o profissional que for trabalhar com elas precisa se adaptar a essa realidade.

No período em que o quadro de professores da escola era composto por integrantes do MST, havia a participação dos mesmos nos encontros de formação promovidos pelo Setor de Educação do movimento, das atividades de mobilizações, marchas, entre outras atividades. Isso contribuía na formação dos profissionais e na implementação da Pedagogia do MST, baseado no método de Paulo Freire e da Pedagogia Socialista, trabalhando e valorizando a realidade dos educandos da forma de lutar, de se organizar e trabalhar. Com os professores do Movimento, havia o canto do hino, músicas do MST, apresentação de mística, trabalhavam-se os símbolos do movimen-

to, concurso de arte e desenho promovido pelo Setor de Educação, participação na horta escolar, entre outras atividades. As crianças da escola participaram de diversos encontros dos Sem Terrinha tanto no âmbito estadual quanto regional e de brigada. Havia uma sintonia entre a escola, comunidade e MST.

A partir do momento em que os educadores da cidade chegaram, a escola se tornou uma extensão da educação da cidade, porque não houve mais um trabalho voltado para a realidade dos educandos. Além disso, os professores não tinham nenhum interesse em participar de atividades ligadas ao MST, principalmente se ocorresse fora do seu turno de trabalho, como podemos observar nos registros do Projeto Político Pedagógico (PPP) (2012, p. 4) da escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira: “A escola sofreu certo impacto, pois estes profissionais ainda estão se adaptando com a nova realidade e não consegue [sic] participar de todas as atividades promovidas pelo setor de educação do MST e trabalhar seus princípios e normas”.

Com a chegada dos novos professores, a escola passou a enfrentar alguns problemas que não havia antes. Uma primeira coisa foi o atraso no início das aulas e as saídas antes do horário, devido aos atrasos do transporte que levava os professores, já que este atendia também outras demandas, e ainda por causa da precariedade das estradas. Outra questão foram as datas comemorativas, a exemplo de Dia das Mães, Dia dos Pais e festas juninas, que geralmente eram comemoradas aos finais de semana com toda comunidade, já que os professores moravam no mesmo local. Com os novos professores vindos de fora, essa tradição foi alterada. Após o estágio probatório de dois anos que os professores teriam que cumprir, um outro problema surgiu, a rotatividade de professores. Todos professores que fizeram o concurso para o assentamento, após o estágio probatório, pediram para ser transferidos, e as transferências foram concedidas. A partir de então, a cada ano geralmente vêm professores diferentes para trabalhar na escola. Alguns destes professores relatavam que estavam trabalhando no assentamento por terem feito oposição ao prefeito e, por isso, estavam sendo punidos. Isso prejudicou ainda mais o processo de ensino aprendizagem da Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira. Além de dificultar o trabalho de formação dos educadores e estudantes, quebrando uma sequência de atividades formativas planejadas pelo Setor de Educação do MST, como os encontros de educadores, curso de formação, reuniões, estudos coletivos, palestras entre outras.

Em 2013, a escola do assentamento foi nucleada, e a coordenação pedagógica passou a atender outras escolas do município, desenvolvendo um trabalho pedagógico igual para todas as escolas do núcleo, desconsiderando as especificidades da comunidade de assentamento rural e escola do campo. Por diversos anos, a escola ficava sem coordenação pedagógica e, quando a tinha, esta não atendia às especificidades do movimento e trabalhava da mesma maneira que para as outras comunidades. Além de todos esses problemas, ainda havia outro que era a precariedade da estrutura física da escola e de seu mobiliário. Diante de todas essas dificuldades enfrentadas, os dirigentes do MST sempre faziam reivindicações da construção de uma escola nova de qualidade ao poder público municipal e

estadual, porém sempre negadas. Somente em 2009, foi aprovado o projeto da construção da escola pelo poder público estadual, depois de muita luta, mobilização e reivindicação em frente à Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC).

Após a conclusão da licitação, a empresa vencedora reuniu-se com a comunidade e convidou alguns profissionais para participar da construção da obra, isso ajudou financeiramente a algumas famílias assentadas. No período de construção, a comunidade notou algumas fissuras nas paredes e laje e solicitou que um técnico fosse fazer uma vistoria. A Secretaria Estadual de Educação enviou, então, uma arquiteta para acompanhar e verificar a construção. Finalmente, a construção da escola foi concluída em novembro de 2010 (ver imagem 14), porém não foi liberada para comunidade utilizar ainda porque não havia sido inaugurada.



*Imagem nº 13: Visão panorâmica da construção da escola.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2010.*

Com esse impasse da inauguração aguardando agendas das autoridades do estado, chegou o período de iniciar as aulas do ano letivo 2011, e ainda não havia sido liberado o prédio da escola para acontecer as aulas. Diante disto, a comunidade se uniu e discutiu que deveria ocupar a escola, devido à precariedade dos espaços que estavam sendo utilizados como salas de aula. Então, reuniram educadores, pais e educandos e organizaram uma linda marcha da escola antiga para a nova e entraram para a escola cantando músicas, dando gritos de ordens, com muita alegria e animação para comemorar a conquista de mais um sonho realizado, como mostra a imagem a seguir.



Imagem nº 14: Ocupação da escola nova em marcha desde a escola antiga.

Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2011.

A partir daí, iniciou-se o desenvolvimento das atividades do ano letivo, e até os dias atuais ainda não aconteceu a inauguração oficial. Após esse ato, foi feito um documento informando à antiga Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC) do acontecido, mas a direção da escola nunca foi procurada para fazer a inauguração oficial.

3.1 Modalidades de ensino oferecidas no assentamento

3.1.1 O Ensino Médio

A escola do assentamento já atendeu alunos do Ensino Médio na condição de anexo do Colégio Estadual João Durval Carneiro, localizada na sede do município de Água Fria - BA. Iniciou no ano 2011, atendendo uma demanda de 12 educandos do assentamento Menino Jesus do 1º ano do Ensino Médio. A Secretaria de Educação do Estado, através do núcleo de educação que atende o território, fez o contrato de dois professores para assumir as aulas. Para dinamizar mais o trabalho, foram inseridos outros dois professores que assumiram disciplinas diferentes, sendo que o recurso financeiro era repassado pelos dois contratados, dividindo assim seus próprios salários. Com a constante luta da direção do MST, foi criado o Colégio Estadual do Campo Menino Jesus, através da portaria 8619, DOU de 14 de outubro de 2011, para oferecer o Ensino Médio no assentamento Menino Jesus.

Cursar o Ensino Médio nessa região tem sido um dos maiores desafios para os estudantes que concluem o ensino fundamental, porque é necessário ou migrar para a cidade para continuar seus estudos, ou ir de transporte escolar — que na maioria das vezes é muito precário — para o colégio estadual em Pataíba, a 21 km de distância. Com a legalização do colé-

gio no ano de 2011, foi possível que a escola se tornasse uma Unidade Executora, ou seja, se tornou independente do colégio da sede de Água Fria, tendo sua gestão própria e registrado como Colégio Estadual do Campo Menino Jesus.

[...] a escola funciona com 3 (três) turmas de Ensino Médio, com apenas 18 (dezoito) alunos no total, e uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tempo formativo II, com 8 (oito) alunos. Foi nomeada, via concurso público, uma vice-diretora, que responde pela diretoria da escola pro-tempore, que tem se mostrado, segundo o coletivo do assentamento, uma profissional aberta ao diálogo e respeito às concepções político-pedagógicas do movimento (SILVA, 2014, p. 90).

Com a nova gestão, a escola conseguiu criar mais uma turma, passando a atender 1º e 2º ano, e ampliou também o número de professores, saindo de dois para quatro contratos. Vale ressaltar que a maioria desses professores fazia parte do assentamento, e isso fortalecia a discussão do MST sobre ter os professores da própria comunidade e trabalhar baseado na realidade dos estudantes. Em 2014, a diretora pede transferência e entra outra pessoa que conseguiu manter as duas turmas funcionando com cerca 30 educandos no total.

Em 2016, aconteceu a formatura e colação de grau da primeira turma do Ensino Médio no Colégio Estadual do Campo Menino Jesus, formando nove estudantes, sendo que apenas quatro participaram da festa de colação de grau. Esse ato foi muito representativo com a participação da comunidade, direção, professores, estudantes e algumas lideranças do MST e lideranças políticas de representação do assentamento como mostra a imagem a seguir.



Imagem nº 15: Solenidade de formatura no Colégio Estadual do Campo Menino Jesus.
Fonte: OLIVEIRA, Gilvan Nascimento, 2016.

Depois desse ano, o Colégio Estadual do Campo Menino Jesus não conseguiu se manter em funcionamento por falta de alunos e até os dias atuais se encontra fechada, com todos equipamentos e mobiliário. Houve uma ameaça da Secretaria de Educação do Estado de retirar o mobiliário, mas a comunidade se manifestou contra e até então nada foi retirado.

Foi iniciado um curso técnico em agroecologia na escola no ano de 2018, com estudantes do assentamento e das comunidades circunvizinhas, financiado pelo Estado. Porém, por problemas operacionais da Secretaria de Educação do Estado, o curso foi encerrado deixando uma situação constrangedora para a comunidade.

3.1.2 Educação de Jovens e adultos (EJA)

O sistema de ensino brasileiro tratou com muito descaso a educação da população camponesa do país, deixando de construir escolas e ofertar a educação para esses sujeitos. De acordo com o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sobre o direito à educação e do dever de educar, o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [...] VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (LDB, 1996, p. 02).

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (LDB, 1996, p. 13).

Como está explícito na lei, que foi aprovada em 1996, é dever do estado brasileiro garantir educação para toda população brasileira, inclusive para aqueles que por algum motivo não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria. A lei ainda prevê flexibilizar a participação de acordo com suas especificidades considerando interesse, condições de vida e trabalho. Porém, o que se percebe é que os municípios têm dificultado muito a oferta do ensino da EJA, principalmente para a população do campo. Vários projetos para alfabetização de jovens e adultos já foram iniciados no Assentamento Menino Jesus, porém não houve continuidade desses projetos para que esses sujeitos pudessem permanecer estudando e concluir seus estudos.

As turmas do EJA do assentamento Menino Jesus já aconteceram em vários momentos da história, e já envolveram cerca de oito professores,

desde os projetos coordenados pela prefeitura municipal de Água Fria até os projetos coordenados pelas universidades em parceria com o Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária (PRONERA). Cada turma tinha uma média de 12 a 15 estudantes. Dentre os projetos que já foram implementados no assentamento, estão: Programa Todos pela Escola (TOPA) (2010 e 2011); EJA pelo PRONERA (2004 e 2005); e Sim Eu Posso – Projeto Cubano Alfabetização de Jovens e Adultos — (2009). A imagem abaixo retrata uma das turmas de jovens e adultos na Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira no horário noturno.



*Imagem nº 16: Sala de aula da turma de Jovens e Adultos.
Fonte: SILVA, Ana Margarete Gomes da, 2014.*

Essa turma de EJA mostrada na imagem funcionava através de programas ligados à prefeitura municipal de Água Fria, abrangendo estudantes de 1ª a 4ª série.

A capacitação de alguns programas acontecia em convênio com algumas universidades como a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sendo financiado pela política do PRONERA ou do Brasil Alfabetizado, ambos do governo federal. Algo interessante que uma das professoras do programa do EJA relatou foi que não havia lanche disponibilizado pelo governo, porém os professores se organizavam com os próprios estudantes para levarem algo de casa para compartilhar na turma e todos os dias havia alguma coisa para lanche.

O programa “Sim, eu posso” é um método de alfabetização de jovens, adultos e idosos desenvolvidos pelos cubanos que tem como um dos instrumentos de trabalho a televisão. Nela são transmitidas as videoaulas gravadas em fita VHS, DVD ou pen drive para ser assistida sobre a orientação de um monitor.

As atividades propostas no método visam garantir que todos os aspectos biológicos, psicológicos e sociais dos participantes sejam respeitados, uma vez que essas pessoas tiveram o direito de aprender negado ao longo da vida. Alfabetizar-se para elas é muito mais que aprender a ler e escrever; é participar de atividades sistemáticas, desenvolver elementos humanos que anterior a esse processo foram secundarizados. É uma nova inserção na vida, na família e na comunidade (POROLONICZAK, 2019, p, 90).

A preocupação dos cubanos em alfabetizar as pessoas tem a ver também com a valorização do ser humano, oportunizando o acesso a vários conhecimentos importantes na vida, na família e na sociedade. Este programa de aulas conseguiu erradicar o analfabetismo de Cuba em pouco tempo. Com o objetivo de construir um processo massivo de alfabetização de jovens e adultos, o Movimento Sem Terra buscou parcerias para formar formadores a partir do método, que é utilizado desde a década passada. Em 2006, foi possível realizar as primeiras experiências em solo brasileiro. Assim, “para o início da implementação no Brasil, metodólogos cubanos vieram ao país para promover formação com os quadros de alfabetizadores do MST e, inicialmente, houve a priorização pela aplicação do método nos assentamentos e acampamentos do MST” (POROLONICZAK, 2019, p. 92).

Conforme Poroloniczak (2019, p. 92), “Os primeiros estados a utilizarem o método foram Piauí, Paraná, Pará, Rio de Janeiro, Ceará e Santa Catarina. Atualmente, há experiências ocorrendo na Bahia, em Minas Gerais, no Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro e no Maranhão, em parceria com o governo do Estado”.

O MST celebrou convênio com o governo do Estado da Bahia para adquirir os equipamentos de TV e DVD para utilizar no programa em todas as escolas que este seria implantado. Em 2008, aconteceu a capacitação do programa “Sim, eu posso” em Vitória da Conquista - BA, organizado pelo MST. Neste, havia vários cubanos fazendo a capacitação dos professores que iriam atuar no programa nos assentamentos e acampamentos do MST em todo estado da Bahia. Após a capacitação, os cubanos se dividiram pelas regionais para acompanhar as aulas do programa nas escolas. Essas despesas de transporte, alimentação e hospedagem foram assumidas pelas lideranças do MST. Participaram da formação duas professoras do Assentamento Menino Jesus.

No assentamento Menino Jesus, foram alfabetizadas em torno de 10 pessoas através do programa “Sim, eu posso”. Segundo relato de um dos monitores, esse projeto contribuiu consideravelmente com a alfabetização de muitas pessoas que não conseguiam nem escrever seu próprio nome, e já saíram escrevendo e lendo palavras pequenas.

O conjunto destas experiências de EJA permitiu alfabetizar algo em torno de 20 adultos do assentamento Menino Jesus. Antes desse trabalho de alfabetização, havia muitos assentados que não conseguiam assinar o nome, e depois destes projetos de alfabetização em torno de 20 jovens e adultos saíram assinando seu nome, lendo e escrevendo pequenas palavras, como

relata uma das monitoras do EJA.

Vale salientar que ainda existem muitos analfabetos na comunidade, e é preciso que continue existindo mais programas de alfabetização na comunidade para oportunizar outros jovens, adultos e idosos a seguir desenvolvendo seus estudos.

3.1.3 Infância Sem Terra

As crianças Sem terra sempre fizeram parte das atividades do Movimento desde a ocupação da terra, isso porque muitas famílias quando vão fazer a luta para conquistar sua terra levam todos os membros da família, inclusive as crianças. As discussões sobre a educação dessas crianças surgiram de acordo a necessidade delas compreenderem o que estavam acontecendo com suas famílias, principalmente com essa mudança de moradia.

Inicialmente, duas necessidades originaram as primeiras experiências de atendimento organizando às crianças: primeiro a participação das mulheres dos assentamentos na produção, através das cooperativas e associações, do trabalho coletivo; e depois a participação das mulheres na militância, nos cursos e encontros de formação, nas reuniões, nas lutas promovidas pela organização do MST.

A experiência das creches permanentes nas cooperativas de produção e a criação de creche itinerante, que teve sua primeira experiência no Ceará, impulsionaram as primeiras discussões sobre a educação infantil na reunião do Setor Nacional de Educação na cidade de Santos/SP, em 1996, na etapa extra da 5ª turma de magistério (MST, 2017, p. 91).

Observando as necessidades de um debate mais apurado sobre a infância Sem Terra e cursos de formação para os educadores, foi constituído um coletivo para pensar as ações da educação infantil nos diversos espaços pedagógicos promovidos pelo MST. Após muitos debates acerca da temática da educação infantil, as creches passaram a serem chamadas de Círculos Infantis, fazendo referência à experiência de Cuba. Posteriormente, esse espaço infantil passou a ser chamado de Ciranda Infantil, fazendo referência à cultura popular, às danças, às brincadeiras e à cooperação, à força simbólica do círculo coletivo e ao ser criança (MST, 2017).

Na época em que se iniciaram as primeiras turmas de aula da escola do assentamento, surgiu a necessidade de logo se criar a Ciranda Infantil para que as mães cujos filhos tinham menos de 06 anos de idade, pudessem ter mais tempo para trabalhar na roça com seu marido. Dessa maneira, foi discutido coletivamente essa necessidade de se organizar um espaço das casas da antiga fazenda para montar a Ciranda Infantil. A própria comunidade fez uma pequena reforma em uma casa e a destinou para esse fim. Duas jovens se disponibilizaram voluntariamente para desenvolver esse trabalho com as crianças. Essa atividade com a Ciranda Infantil permaneceu por muitos anos mesmo depois da construção da nova escola.



*Imagem nº 17: Ciranda infantil.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2013.*

Essa era uma turma da Ciranda que funcionava de forma fixa na escola do assentamento. Atendia às crianças que naquela época ainda não teriam idade para serem matriculadas no Ensino Fundamental. Durante muitos anos, essas turmas funcionaram com a colaboração de diversas pessoas como voluntárias para cuidar com muito carinho dessas crianças. A participação dessas crianças era de livre e espontânea vontade das mães. Vale salientar que nem todas as mães do assentamento colocavam suas crianças na Ciranda, mas há relatos de professores de que as crianças que passavam pela Ciranda chegavam à educação infantil com um desenvolvimento muito melhor do que as que não passavam.

As crianças do assentamento tinham uma participação efetiva nas Cirandas dos eventos que os pais participavam. Alguns desses eventos eram os Encontros Estaduais de Educadores, o Encontro Estadual do MST, as Marchas estaduais, as reuniões, entre outros. Recentemente com mudança no sistema de ensino nacional, as crianças de dois anos já são incluídas na escola com matrículas regulares, e os professores dessas crianças são do quadro de funcionários da prefeitura. Portanto, não foi preciso mais ter professores voluntários no assentamento para trabalhar com as crianças menores.

3.1.4 Ensino Fundamental

A Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira tem como principal modalidade de ensino e como maior demanda o Ensino Fundamental I, que compreende do 1º ao 5º ano — anteriormente, quando se iniciaram as atividades da escola, compreendia de 1ª a 4ª série. Para conduzir os trabalhos da escola, buscava-se aproximação com as orientações do Setor de Educação do MST. Logo na primeira turma já houve a participação de educandos(as) na marcha que saiu de Feira de Santana a Salvador, no ano de 1999. Foi uma

experiência muito importante e desafiadora para mim enquanto professor e para os educandos que eu estava coordenando. No percurso da marcha, pela tarde após um momento de descanso, administrava aula itinerante buscando trabalhar conteúdos relacionados com a organização, com a geografia do percurso, com o clima entre outros.

A escola também se envolvia com as atividades coletivas da comunidade, participando da roça coletiva da própria escola, da limpeza do assentamento, do cultivo de horta, do parque infantil, dos mutirões contra a dengue, etc. Vale ressaltar que as atividades práticas na comunidade que os estudantes participavam eram no período em que os professores faziam parte do MST, depois que os professores da cidade assumiram as salas de aula, tudo isso deixou de acontecer.

No momento do recreio, os estudantes brincavam de futebol na quadra de areia da escola, pulavam corda, brincavam de bambolê, pega-pega, sete pedras, ciclismo e muito mais. Geralmente esse momento de lazer era monitorado pelo diretor, secretário ou algum professor.

3.2 Projetos dos quais a escola já participou

3.2.1 Projeto Segundo Tempo

Um dos primeiros projetos que a escola participou foi o Segundo Tempo, criado pelo Ministério do Esporte para atender estudantes de comunidades carentes, possibilitando o acesso a algumas modalidades esportivas.

Criado em 2003, o Programa Segundo Tempo nasceu com o objetivo de democratizar o acesso à prática esportiva no país, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Desde então, o Ministério do Esporte tem procurado integrar a política esportiva educacional com a política de educação vigente no país de modo a incentivar a prática esportiva nas escolas (BRASIL, 2021, p. 1).

A Escola Municipal Everaldo Pinheiro do Reis (nome antigo da escola) foi contemplada com o programa Segundo Tempo em 2004, adquirindo alguns materiais esportivos como bolas de futebol, voleibol, handebol, basquetebol, algumas redes e camisas com a logomarca do programa.



*Imagem nº 18: Abertura do projeto Segundo Tempo.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2004.*

Esse projeto ajudou bastante naquele período em que as crianças brincavam com bolas improvisadas de plástico e pano confeccionadas por eles próprios. Os professores que residiam na comunidade trabalhavam voluntariamente aos sábados, acompanhando e possibilitando a diversão das crianças do acampamento.

3.2.2 Programa Mais Educação

A Escola Fábio Henrique de Cerqueira do assentamento Menino Jesus foi contemplada com o programa Mais Educação do governo federal no ano de 2012, com a proposta de ampliar o tempo educativo das escolas na perspectiva da educação integral, como relata o manual operacional da Educação Integral.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira (BRASIL, 2012, p. 3).

No período em que foi contemplada com esse programa, de 2012 a 2019, houve grande desenvolvimento na escola, pois havia recursos financeiros disponibilizados através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que eram administrados pela própria escola juntamente com a direção do Caixa Escolar (entidade jurídica que representa a escola), podendo, assim, adquirir materiais de consumo e permanente. Com esse recurso, a escola adquiriu vários materiais necessários para suas atividades, como caixa de som, computador, impressora, bebedouro, retroprojeter, câmara fotográfica, instrumentos musicais, bicicleta, estação meteorológica, entre outros equipamentos necessários ao desenvolvimento da escola.



*Imagem nº 19: Monitora orientando a atividade de ciclismo.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2012.*

As atividades desenvolvidas seguiam o manual operacional do programa que é composto por sete macrocampos referentes ao acompanhamento pedagógico; ao meio ambiente; ao esporte e ao lazer; aos direitos humanos e à cidadania; à cultura e às artes; à inclusão digital; à saúde, à alimentação e à prevenção. No primeiro ano, 2012, a escola foi contemplada com atividades de canteiro sustentável, ciclismo, acompanhamento pedagógico (obrigatório) e brinquedoteca. Nos anos seguintes, foi contemplada com atividades de capoeira, percussão, futebol, entre outros.

O Mais Educação era coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), que inclusive foi extinta no governo Bolsonaro. Era uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tratava-se de uma estratégia do governo federal para a ampliação da jornada escolar.

Durante a vigência desse programa, percebia-se maior desenvolvimento na escola, tanto por parte dos alunos quanto por parte da comunidade. Nesse período, aumentou a participação das pessoas da comunidade na escola, como monitoras/es que recebiam uma ajuda de custo para desenvolver as atividades. Aumentou a merenda escolar e as crianças eram mais alimentadas; e melhorou a frequência escolar, já que para os educandos participarem das atividades do Mais Educação teriam que manter uma boa frequência nas outras aulas.

3.2.3 Programa Mais Cultura

A Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira, através de sua direção, fez a inscrição no programa e foi contemplada com o programa Mais Cultura. Este tem a intencionalidade de valorização dos grupos culturais da comunidade, fazendo um elo com as ações desenvolvidas na escola e financiando ações dos grupos culturais que possam corroborar com as atividades previstas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, bem como facilitar o acesso dos estudantes aos grupos culturais da comunidade.

O PROGRAMA MAIS CULTURA NAS ESCOLAS consiste em iniciativa interministerial firmada entre os Ministérios da Cultura (MINC) e da Educação (MEC). Os projetos inscritos no Mais Cultura nas Escolas deverão ser uma ação conjunta entre as escolas, artistas e/ou entidades culturais. Tem por objetivo: reconhecer e promover a escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira; contribuir com a formação de público para as artes e ampliar o repertório cultural da comunidade escolar; desenvolver atividades que promovam a interlocução entre experiências culturais e artísticas e o projeto pedagógico da escola pública (BRASIL, 2014, p. 3).

A direção da escola do assentamento Menino Jesus fez contato com o grupo cultural do samba de roda da comunidade e, juntamente com seus participantes, fizeram a inscrição no programa Mais Cultura. A escola, em parceria com o grupo cultural, foi contemplada, e o programa apoiou financeiramente a compra de diversos instrumentos musicais adequados para samba de roda, caixa de som, microfones, fardamento, entre outros materiais essenciais à atividade.



Imagem nº 20: Abertura do programa Mais Cultura na comunidade.

Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2015.

Durante a vigência do programa, no ano de 2015, foram desenvolvidas várias atividades na escola e na Casa da Cultura do assentamento, tais como: oficinas, apresentações culturais, apresentação de samba de roda na comunidade local e comunidades circunvizinhas, aulas de samba e de instrumentos musicais, apresentação de capoeira, músicas de origem afro-brasileiras. Esse programa mobilizou diversas pessoas da comunidade, e houve uma maciça participação das crianças, adolescentes e jovens da escola e da comunidade.

3.2.4 PIBID Diversidade na escola

O Programa de Iniciação à Docência - PIBID Diversidade chegou até a Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira através da assinatura da carta de interesse feita pela direção da escola. Tinha o intuito de fazer parceria para efetivação do programa nesta escola e receber os bolsistas de iniciação à docência do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNEB, campus de Itaberaba, que residiam na comunidade do assentamento Menino Jesus, a fim de desenvolver atividades relacionadas à iniciação à docência, contribuir com a aprendizagem dos estudantes da escola e, ao mesmo tempo, proporcionar experiências também para os bolsistas. Na ocasião, fui convidado para supervisionar as atividades dos bolsistas, acompanhando as ações e fazendo a interlocução com as coordenadoras de área.

Conhecido o subprojeto e tendo sido firmado o acordo de parceria, as atividades foram iniciadas em março de 2014, com reuniões semanais voltadas a discutir e estudar os propósitos e formas de implantação do subprojeto. Inicialmente, os bolsistas foram divididos em grupos para a execução das atividades de estudos, planejamento e realização das oficinas em sala de aula. Para que a inserção das ações do PIBID Diversidade fossem condizentes com a proposta pedagógica da instituição parceira, os bolsistas de iniciação à docência (ID) realizaram estudos sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, buscando conhecer as questões pedagógicas, as condições de funcionamento, os índices de frequência, aprovação e reprovação. Também fizeram uma breve incursão para conhecer a infraestrutura, o corpo administrativo, docente e discente, o mobiliário disponibilizado, bem como buscaram informações sobre a comunidade Menino Jesus como um todo.

Após ter realizado o diagnóstico das condições mais gerais, conhecendo a instituição e a comunidade, foi feita uma apresentação do subprojeto nas turmas onde se pretendia desenvolver as oficinas, bem como uma reunião com os professores, a fim de discutir as propostas trazidas pelos bolsistas de Iniciação à Docência (ID), ouvir as considerações feitas pelos professores e buscar melhorar a atuação do PIBID Diversidade na escola. O subprojeto foi efetivado nas turmas do 5º ano do ensino fundamental e no 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. Foram desenvolvidas diversas oficinas com temas diversificados e com atividades que buscaram privilegiar a destinação lúdica do subprojeto, com jogos matemáticos, mística, teatro, artes, desenho, pintura, leitura, escrita, inserindo, sempre que possível, a cultura local. As diversas oficinas foram sendo desenvolvidas mensalmente, sendo que, a cada final de ano, havia a realização da culminância das atividades, quando eram apresentados os resultados alcançados para os demais alunos, pais, professores e para a comunidade local.



*Imagem nº 21: Culminância do Pibid diversidade na Escola.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2014.*

3.2.5 Saberes da Terra

O programa conhecido como Saberes da Terra surgiu com a finalidade de escolarização de jovens do ensino fundamental em idade escolar, que, por algum motivo, deixaram de frequentar a escola. A ideia é fazer com que esses jovens voltem a estudar e concluam o ensino fundamental em dois anos, com aulas no regime de alternância para facilitar a conciliação da ocupação dos jovens com seu trabalho e os estudos.

O ProJovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo (Ministério da Educação/ FNDE, ANO, s/p).

O programa Saberes da Terra contribuiu consideravelmente com muitos jovens do campo que não tiveram condições de concluir o ensino fundamental na idade certa. Ajudou a corrigir um déficit de escolaridade da juventude do campo que, geralmente por falta de escola do ensino fundamental II na sua comunidade, ou por questão de trabalho ou casamento, precisou interromper seus estudos.

Esse programa aconteceu no assentamento Menino Jesus em articulação com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, vinculado ao Colégio Estadual do Campo Menino Jesus, entre os anos 2009 e 2012, atendendo aproximadamente 30 jovens. De acordo com o depoimento de uma professora consultada:

O Saberes da Terra foi um programa de governo que infelizmente não virou uma política de Estado, mas que foi importante na minha experiência e muito desafiador [...]. Nós iniciamos os trabalhos com as turmas em 2009 e concluímos em 2011, sendo trabalhadas as áreas de: Linguagens Exatas e humanas, sempre ligadas a vários eixos, a exemplo cito alguns como: Identidade, Cidadania, Produção Orgânica, Produção Natural e questões étnicas [...]. A turma foi formada com trinta estudantes e finalizou com sete estudantes. A formação dos professores foi de grande importância, pois ali eram discutidos os eixos e trazidas experiências, dificuldades enfrentadas pelos educadores do Portal do Sisal [...]. Vejo que como muitos jovens desistiram do percurso para trabalharem fora a evasão foi inevitável. Assim vejo que como tinha uma bolsa destinada a cada estudante, que custava a sair, esse foi um entrave. Portanto, foram muitos desafios que superamos [...] então pensar e repensar suas práticas de produção de alimentos e o trato com a terra, em suas vivências cotidianas, como também a valorização das experiências trazidas e debatidas para construção dos saberes sistematizados foi válido e deveria ter mais incentivo e assim ter continuidade as políticas de educação.

Diante deste depoimento da professora, fica clara a importância deste programa para os jovens do campo, mas também suas deficiências, principalmente no suporte financeiro destinado aos estudantes e no apoio às crianças enquanto as mães estão em sala de aula, isso levou a muitas desistências, comprometendo o andamento das turmas.

Todos os programas que a escola acessou foram importantes tanto no que se refere ao pedagógico quanto na aquisição de materiais úteis para o bom desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes e para implementação da Pedagogia do Movimento. É preciso que programas desta natureza possam continuar para proporcionar atividades culturais diferenciadas nas escolas no contra-turno, preparando para que no futuro próximo possa haver a educação integral nas escolas do campo. É preciso que haja muita luta para impedir os cortes no orçamento da Educação pelo atual governo Jair Bolsonaro e, assim, garantir o direito de uma educação de qualidade para todos os estudantes das escolas públicas do campo e da cidade.

Neste capítulo, fizemos uma apresentação histórica da luta pela educação escolar no assentamento Menino Jesus, com o objetivo de apresentar uma sistematização desta experiência. Por vezes, fizemos questão de apresentar detalhes que pudessem enriquecer este registro e, principalmente, que pudessem ajudar a todos na tarefa de entender como historicamente foi

desenvolvido este processo, servindo de apoio para pensar os desafios contemporâneos. No próximo capítulo, apresentaremos um quadro atualizado do funcionamento da educação escolar no assentamento, com o intuito de refletirmos sobre os desafios da educação escolar nesta área de Reforma Agrária na atualidade.

4. ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS

Durante esse percurso de luta e resistência vivido pelo assentamento, muitos outros jovens foram chegando alguns com Ensino Médio concluído e outros, inconcluso. Como o MST tem uma luta efetiva pela educação, possibilitou que muitos desses jovens concluíssem o Ensino Médio e ingressassem no Ensino Superior ligados à política do PRONERA, em parceria com universidades públicas em áreas diversas como Licenciatura em Educação do Campo, Pedagogia da Terra e Engenharia Agrônômica.

Vale salientar que os estudantes que concluíam o Ensino Fundamental I, ou já chegaram ao assentamento com este concluído, precisavam continuar os estudos no distrito de Pataíba, a 21 km de distância. E o transporte disponibilizado pela prefeitura para esses estudantes era um caminhão com a carroceria coberta com lona e com bancos de madeira, muito conhecido no nordeste como “pau-de-arara”. Só a partir de 2005, a escola municipal Nossa Senhora da Conceição, no povoado de Maracaiá, começou a atender o Ensino Fundamental II, e os estudantes do assentamento começaram a frequentar essa escola, porque era bem mais perto, apenas 7 km de distância do assentamento, porém utilizavam ainda o mesmo transporte.

O Setor de Educação do MST no âmbito estadual, promoveu cursos técnicos de nível médio e superior, financiados pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com as Universidades Federais e Estaduais da Bahia, no intuito de oportunizar aos jovens assentados ou filhos de assentados a continuarem seus estudos e se tornarem bons profissionais para atenderem às demandas da classe trabalhadora. Nesse sentido, organizei uma tabela para demonstrar esses cursos e a participação dos assentados e filhos de assentados do assentamento Menino Jesus:

Curso/Período	Nível	Local/Distância	Parceria	Nº de assentados
PROJOVEM Saberes da Terra / 2003 a 2004	Fundamental	PA. Eldorado dos Carajás. Sto. Amaro - BA / 100 km	UFBA	12
Curso téc. em Agricultura / 2005 a 2007	Ensino Médio	PA. Pátria Livre. Barra do Choça - BA / 477 km	UESB	06
Curso téc. em Agropecuária / 2001 a 2004	Ensino Médio	Colégio Agrícola Vidal de Negreiro. Bananeiras - PB / 794 km	UFPB	01
Curso téc. em Agropecuária / 2007 a 2009	Ensino Médio	PA. Terra Vista. Arataca - BA / 490 km	UESC	02
Pedagogia da Terra / 2005 a 2010	Superior	PA. 1º de Abril. Teixeira de Freitas - BA / 796 km	UNEB	02
Engenharia Agrônômica / 2008 a 2013	Superior	PA. Terra Vista. Arataca - BA / 490 km	UNEB	02

Tabela nº 01: Cursos e participação dos assentados do PA Menino Jesus.

Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2021.

Como se pode notar, além da luta pela terra que é travada diariamente, o MST tem feito um esforço gigantesco para elevar o nível de escolarização dos sujeitos participantes da Reforma Agrária que vivem no campo, onde historicamente é um território de muita disputa. A educação para a população do campo sempre foi um direito negado assim como outros benefícios sociais. Apesar das lutas constantes para garantir educação em todas as modalidades nos territórios dos assentamentos, existem ainda muitas áreas em que a escola só atende estudantes da Educação Infantil até o Fundamental I. Este é o caso do assentamento Menino Jesus, que tem disponível uma escola com estrutura física muito boa, porém, em 2019, 18 estudantes do 6º ao 9º ano pegavam o transporte escolar para se deslocar até a escola Nossa Senhora da Conceição, no povoado de Maracaiá, a 7 km de distância do assentamento, para cursar o Ensino Fundamental II.

Os estudantes do assentamento que concluem o Ensino Fundamental II se deslocam para continuar os estudos no Ensino Médio no distrito de Pataíba, também município de Água Fria, no Colégio Estadual Costa e Silva, anexo do Colégio Estadual João Durval Carneiro. Em 2019, 13 estudantes do assentamento frequentaram esta escola do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Além desses estudantes do assentamento que estudam nessas escolas no município, ainda tem alguns que estudam nas escolas da Fundação José de Carvalho⁵, nos municípios de Pojuca – Ba, a 128 km de distância, e Entre Rios – Ba, a 113 km. Os primeiros estudantes começaram a estudar nestas escolas em 2009, e em 2019, 14 crianças e adolescentes estudavam nestas escolas da Fundação, em regime de alternância, do 4º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Até então, dois estudantes do assentamento já se formaram em técnico agropecuário nas escolas da Fundação.

A estrutura física da escola do assentamento Menino Jesus foi construída pelo poder público estadual, porém atende à escola municipal Fabio Henrique de Cerqueira, que tem como órgão mantenedor a prefeitura municipal de Água Fria. E atende também ao Colégio Estadual do Campo Menino Jesus, que tem como órgão mantenedor o estado da Bahia, mas esse, atualmente, se encontra sem funcionamento. Baseado nos dados do censo escolar do ano de 2019, a Escola Municipal Fabio Henrique de Cerqueira funcionou com 78 estudantes da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, tendo um total de 11 funcionários, sendo dois de 20 horas e os demais de 40 horas semanais.

É perceptível que a quantidade de estudantes da escola nos últimos 4 anos vem diminuindo consideravelmente se considerarmos o gráfico de matrículas dos últimos vinte anos de funcionamento da escola.

⁵<http://www.fjc.org.br/index.php>

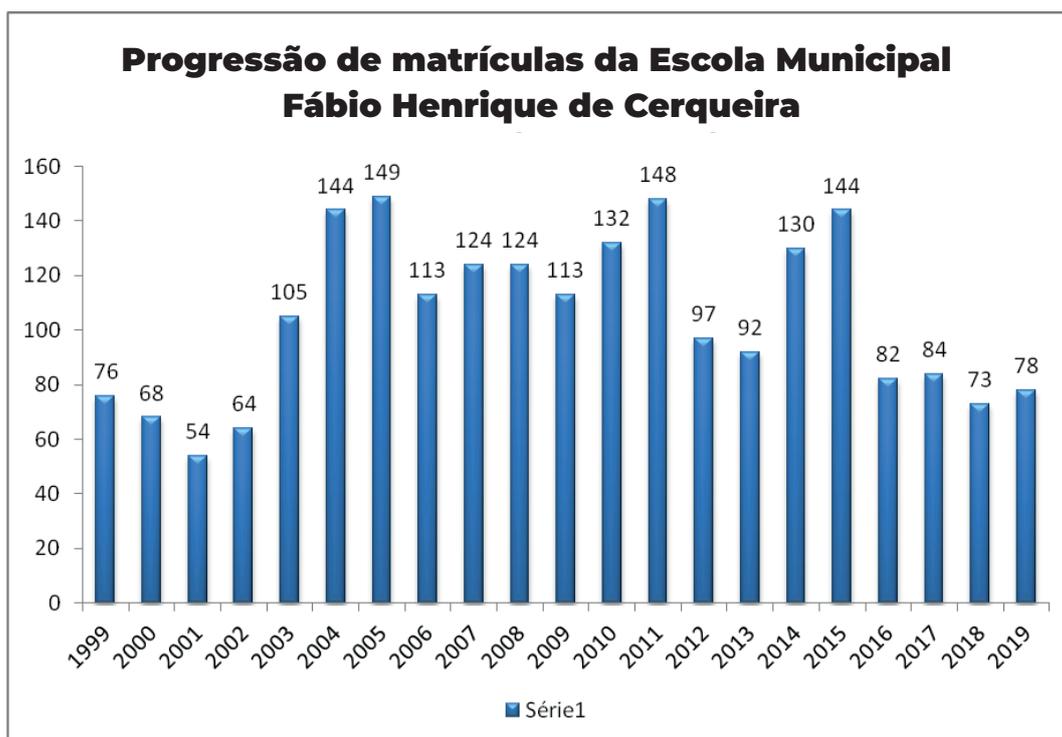


Gráfico nº 01: Progressão da matrículas da escola de 1999 até 2019.
Fonte: Diários de classe da escola.

Observando o gráfico da progressão das matrículas da escola, verifica-se que esta iniciou suas atividades, em 1999, com uma quantidade de 76 estudantes. Em 2001, teve sua quantidade mínima de 54 estudantes; em 2005, teve o maior número de matrículas, com 149 estudantes; e se manteve acima de 90 matrículas até 2015. Depois, a partir de 2016, ficou entre 73 e 84 estudantes.

Como já foi relatado no histórico do assentamento, o mapa do histórico das matrículas confirma os altos e baixos da quantidade de pessoas no assentamento. O que é preocupante é o fato de que o assentamento, em 2019, tinha mais de 500 pessoas morando, segundo os dados do relatório das agentes de saúde da comunidade, mas tinha tão poucos estudantes na escola. Outra preocupação também é a quantidade de estudantes que estão saindo da escola do assentamento para estudar em outras escolas de fora, mesmo tendo suas séries ofertadas na escola local.

Outra questão ainda que é preciso levar em consideração com essa baixa na matrícula na escola nesse últimos tempos foi a gestão do último prefeito municipal (2017 a 2020), que deixou a estrutura da escola sem nenhum tipo de manutenção. Mesmo em funcionamento a escola tinha uma aparência de abandono, com a vegetação alta nos arredores da escola, portas quebradas, fossa sem tampa, iluminação deteriorada e ainda uma gestora que não comparecia diariamente na escola.



*Imagem nº 22: Visão do abandono da escola em 2019.
Fonte: BISPO, Vangilson Ferreira, 2019.*

Essa é uma imagem da escola em que demonstra aspecto de abandono pela gestão pública municipal, lembrando que no dia da imagem a escola estava em recesso de fim de ano. Porém, nessa mesma gestão, o ano letivo foi iniciado sem preparar a escola para receber os estudantes, ou seja, não foi feita capina, pintura, ornamentação, entre outras coisas. E os estudantes conviviam com essa realidade por meses.

Vale salientar que já houve gestor público que tinha atenção e cuidado com a escola do assentamento, realizando as capinas constantes e dando a manutenção devida às estruturas físicas da escola. Em outros momentos, a comunidade contribuiu consideravelmente com a manutenção da escola, bem como a participação em atividades promovidas por ela.

Durante toda história do assentamento, sempre houve rotatividade de famílias, enquanto uns desistem por motivos ainda desconhecidos, outros ingressam na perspectiva de morar no assentamento. Provavelmente, as questões climáticas, a falta de atenção do poder público no que se refere ao custeio de produção e o aumento do custo de produção podem ser alguns dos fatores que têm levado muitas famílias a desistirem do assentamento. Nesses últimos cinco anos, é perceptível muitas casas fechadas, de famílias que desistiram e outros que saíram para trabalhar em outros estados ou cidades da Bahia. Desses que estão trabalhando fora, a sua grande maioria são os jovens assentados que não conseguiram uma forma de viver no assentamento apenas da produção agrícola ou agropecuária, devido às condições de solo, clima e outras dificuldades para se produzir como sequeiro (só no período das chuvas).

Da Relação de Beneficiários (RB) do assentamento fornecida pelo INCRA em 2019, só permanecem morando no assentamento 100 famílias. Ou seja, menos de 50% da quantidade de famílias do assentamento se encontram regularizadas no INCRA e morando na comunidade. As demais famílias que estão atualmente morando no assentamento se encontram com ocupação irregular, ou seja, ainda não estão com seu cadastro regular junto ao INCRA. Certamente, essas famílias entraram na vaga de alguém que desistiu,

porém ainda não foi feito o processo de substituição do cadastro no sistema do INCRA. Vale salientar que, desde 2016, o INCRA não comparece ao assentamento para regularizar cadastros das famílias, e esse serviço só pode ser realizado dentro do assentamento, por um servidor do INCRA. A Reforma Agrária tem sofrido muito desprezo pelos últimos governantes do país, e essa desatualização cadastral mostra claramente o quanto os assentamentos estão sendo desprezados pelo governo federal, a quem compete o desenvolvimento da Reforma Agrária.

Para ilustrar melhor a realidade do assentamento, gostaríamos de trazer um gráfico mostrando os moradores da comunidade por faixa etária e gênero, para podermos discutir um pouco mais sobre a população do assentamento.

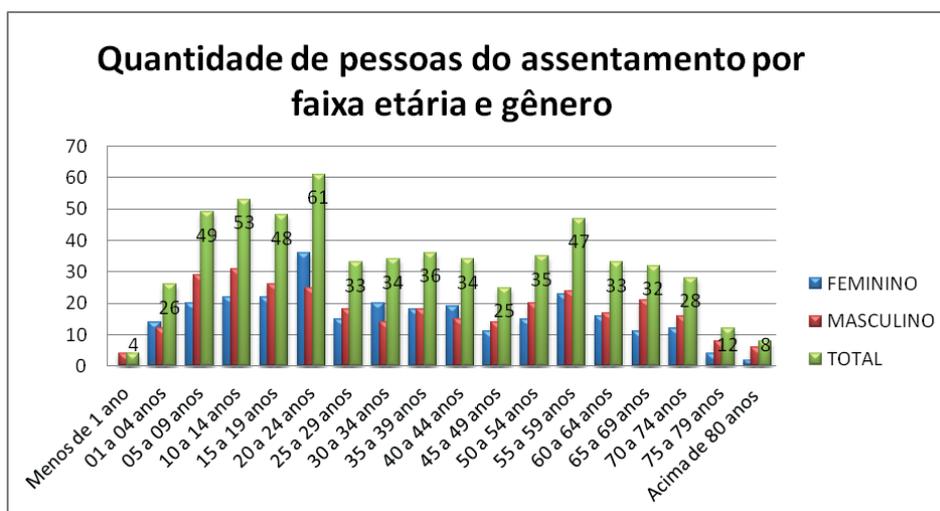


Gráfico nº 02: Quantidade de habitantes do assentamento por faixa etária e gênero. Fonte: Relatório anual dos agentes públicos de saúde da comunidade

Este gráfico é resultado da consulta dos dados que constam no relatório de cadastro individual processado no dia 05/11/2020, fornecido pelos agentes comunitários de saúde do assentamento Menino Jesus, e mostra uma quantidade de 598 moradores, de idade entre 0 a mais de 80 anos. Como podemos observar no gráfico, a faixa etária que tem mais pessoas morando no assentamento é de 20 a 24 anos, predominantemente mulheres, isso mostra que ainda permanecem muitos jovens no assentamento. E a faixa etária de 0 a 09 anos, que é a idade escolar do Fundamental I, está condizente com o mapa das matrículas, mostrado anteriormente.

Quando observamos os dados da quantidade de pessoas que moram no assentamento e a infraestrutura da escola que foi construída através de muita luta, leva a crer que, em certa medida, falta muita vontade política por parte dos gestores para investir em cursos profissionalizantes, no Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Certamente, muitos desses jovens estão sem estudar por falta de oportunidade na escola de sua comunidade, e não querem se deslocar para outras comunidades.

Veremos agora o gráfico que mostra o nível de escolaridade das pessoas que moram no assentamento.

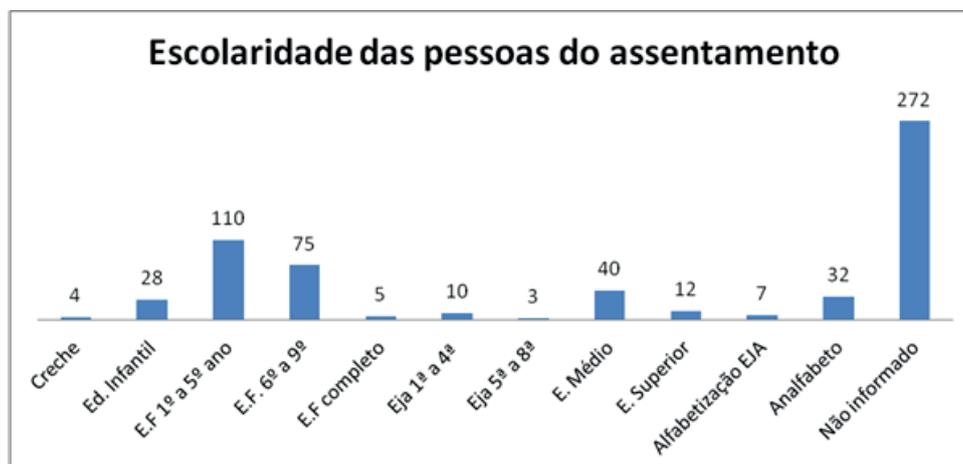


Gráfico nº 03: Nível de escolaridade das pessoas que moram no assentamento. Fonte: Relatório anual dos agentes públicos de saúde da comunidade.

Este gráfico foi montado utilizando os dados que constam também no relatório anual dos agentes públicos de saúde que trabalham na comunidade, mas, como percebemos, não é tão preciso, porque 272 pessoas não informaram a escolaridade, talvez por não ser o foco da equipe de saúde. Ainda assim, dá para ter uma ideia de como está a escolaridade dos assentados.

Pelo que demonstram os dados, tem mais pessoas no Ensino Fundamental I e II, certamente muitos ainda estão estudando e outros interromperam seus estudos. Algo que chama a atenção é a quantidade de pessoas que se declaram analfabetas ainda. Mesmo depois de muitos projetos de alfabetização, aparecem 32 pessoas analfabetas, das que informaram. E esse número poderia ser bem maior se tivesse os dados completos.

Quando se observam os dados habitacionais do assentamento e os dados de escolaridade das pessoas, comparados com os dados das matrículas, é possível perceber que existe um desafio grande para avançar no desenvolvimento da escolaridade das pessoas. Para isso, vai ser preciso muita conscientização da comunidade, parcerias com o poder público e com as universidades para implantar cursos adequados à realidade do assentamento, principalmente para jovens e adultos.

Nesse sentido, se apresentam muitos desafios para intervir na realidade e buscar melhorias na educação escolar da comunidade do assentamento Menino Jesus na atualidade como:

- Promover e intensificar a mobilização da Comunidade em torno da escola – luta, direito e reivindicação;
- Ampliar a adesão das famílias à escola, com respectiva matrícula de seus filhos;
- Ampliar relação com as comunidades vizinhas que podem se figurar como potencial no fortalecimento da escola;

- Seguir avançando na afirmação e valorização da identidade Sem Terrinha;
- Manter a identidade e a intencionalidade da Ciranda Infantil na Educação Infantil escolarizada;
- Avançar na realização da Pedagogia do Movimento no contexto da escola;
- Promover processos contínuos de formação de professores/educadores para que o coletivo da escola se aproxime e se aproprie, colocando-se na construção da Pedagogia do Movimento e da Educação do Campo;
- Promover processos de alfabetização e de escolarização de Jovens e Adultos;
 - Lutar pela instituição do Ensino Fundamental II na escola;
 - Viabilizar a continuidade dos estudos, sobretudo, junto à juventude, com a retomada do Ensino Médio e a oferta de Educação Profissionalizante;
 - Promover parcerias da escola com outras instituições para qualificar e ampliar o trabalho desenvolvido, com especial atenção à oferta dos vários níveis de ensino;
 - Exigir que o Estado atenda à demanda educacional presente no assentamento, considerando o potencial de público expresso no quantitativo de sujeitos que vivem na comunidade em acordo com os índices presentes nos dados elaborados pela equipe de saúde.

Assim, avaliamos que já dispomos de muitas informações que nos ajudam a pensar a organização de nossa escola a partir dos desafios da atualidade. O que fizemos até aqui foi colaborar com uma apresentação da nossa escola e da nossa comunidade, o desafio agora colocado é que, com estas informações e contribuições teóricas, possamos, de forma coletiva, avançar na reconstrução das tarefas educativas das nossas escolas e nas conquistas dos trabalhadores(as) do campo e da cidade na atualidade.

REFERÊNCIAS

BAHNIUK, Caroline. **Experiências escolares e estratégia política:** da pedagogia socialista à atualidade do MST. 302 f. Tese (doutorado) –Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura. **Manual Mais Cultura na Escola.** 2014. Disponível em: <https://www.cultura.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2013-06/manual-mais-cultura-nas-escolas.pdf>. Acessado em: 08 abril 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Manual operacional da Educação Integral.** Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação/FNDE. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens** - Projovem Campo - Saberes da terra. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-suplementares/ps-educacao-jovens-e-adultos/ps-projovem-campo>> Acessado em: 08 abril 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases.** Disponível em: <[http:// portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acessado em: 28 ago. 2021.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a escola: Concepção de educação e matriz formativa. **Cadernos do Iterra** n.15, setembro 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 4. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo.** Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em 9 de março 2020, mimeo.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento:** processo histórico e chave metodológica. Texto para o grupo de estudos Educação e Reforma Agrária Popular. Porto Alegre, março de 2021, mimeo.

CALDART, Roseli Salete. **Reforma Agrária Popular e Educação.** Escrito a partir de exposição realizada na “Jornada Universitária em Defesa Da Reforma Agrária – JURA”, da UESB/UESC, Bahia, em 15 de julho 2020, mimeo.

CRUZ, Antonio Pinheiro da. **A questão agrária no município de Água Fria: O caso do Assentamento Menino Jesus.** 2014. 55 p. Monografia. Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI. Serrinha, 2014.

DALMAGRO, Sandra Luciana. **A escola no contexto das lutas do MST.** 312 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades artigos. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995 Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acessado em: 20 mar. 2021.

JESUS, José Jivaldo Oliveira de. **Educação do Campo e Sustentabilidade: a experiência do assentamento Menino Jesus.** Monografia (Graduação em Educação). UNEB – Campus XI, Serrinha, 2006.

MARTINS, Mara Lúcia. **Aprendendo nas escolas do MST.** Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/suavoz/0046.html>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MENEZES, Fernando Visita. **Questão agrária e territorialização: realidade, contradições e possibilidades - O caso do assentamento Menino Jesus, em Água Fria - Bahia.** 2016. 111 f. Monografia. Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XI. Serrinha, 2016.

MST. **Caderno de Educação nº 14.** Educação no MST memória. 1ª ed. Junho de 2017.

MST. **Como fazemos a escola de educação fundamental.** Caderno de educação nº 9. Setor de Educação 1999.

MST. **Construindo o caminho.** Julho de 2001.

MST. **Dossiê MST ESCOLA:** documentos e estudos, 1990-2001. São Paulo: Editora Expressão Popular, Setor de Educação do MST/ Iterra, 2005.

MST. **Educação no MST memória.** Caderno de educação nº 14. 1ª ed. São Paulo. 2017.

MST. II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (II ENERA). **Boletim da Educação** Nº 12. Ed. 1ª. São Paulo, 2014.

MST. Pedagogia do Movimento Sem Terra acompanhamento às escolas. **Boletim da educação**, nº 08. 1ª ed. Porto Alegre. julho de 2001.

MST. Princípios da Educação do MST. **Caderno de Educação**, nº 08. São Paulo: MST, 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. 64 p.

POROLONICZAK, Juliana Aparecida. **História e fundamentos do método de alfabetização cubano “Yo, sí puedo”**. Araraquara (SP), 2019, 146 f.

RAMOS, João Maurício Santana. **Formação profissional para a construção civil em um assentamento do MST: contribuições para a autoconstrução habitacional / dissertação**. Universidade do Estado da Bahia. 2010.

SAVELI, E. L. **A proposta pedagógica do MST para as escolas dos assentamentos: a construção da escola necessária**. Ponta Grossa: UEPG, N. 8, 2000, p.19-30.

BRASIL. Segundo tempo/Mais educação. **Rede Nacional do Esporte**, 2021. Cidadania e qualidade de vida. Disponível em: <<http://rededoesporte.gov.br/ptbr/megaeventos/paraolimpiadas/investimentos/segundo-tempo/mais-educacao>>. Acessado em: 10 fev. 2021.

SERRA, Elpídio; SOBRINHO, Alaíde Paulino. A proposta pedagógica do MST e as escolas de campo. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 143-152, maio.-ago., 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Vangilson/Downloads/13031-Texto%20do%20artigo-85722-1-10-20130501.pdf>>. Acessado em: 20 fev.2021.

SILVA, Ana Margarete Gomes da. **Educação do campo e territorialidade: um estudo sobre o Assentamento Menino Jesus em Água Fria (BA)**. Salvador, 2014. 131 p.

SILVA, Janaine Zdebski da. **Pedagogia do Movimento como expressão da Pedagogia Socialista: a prática educativa do MST no II ENERA**. 296 f. Tese (doutorado) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2020.

SILVA, Selma Conceição Freitas. **Formação de base e mobilização social: o projeto educativo de formação do assentamento Menino Jesus, Água Fria, Bahia**. Dissertação de mestrado – Amargosa, BA, 2020. 150 fls.; il. color.; 30.

ANEXO: PORTFÓLIO FOTOGRÁFICO

MEMÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS - BAHIA

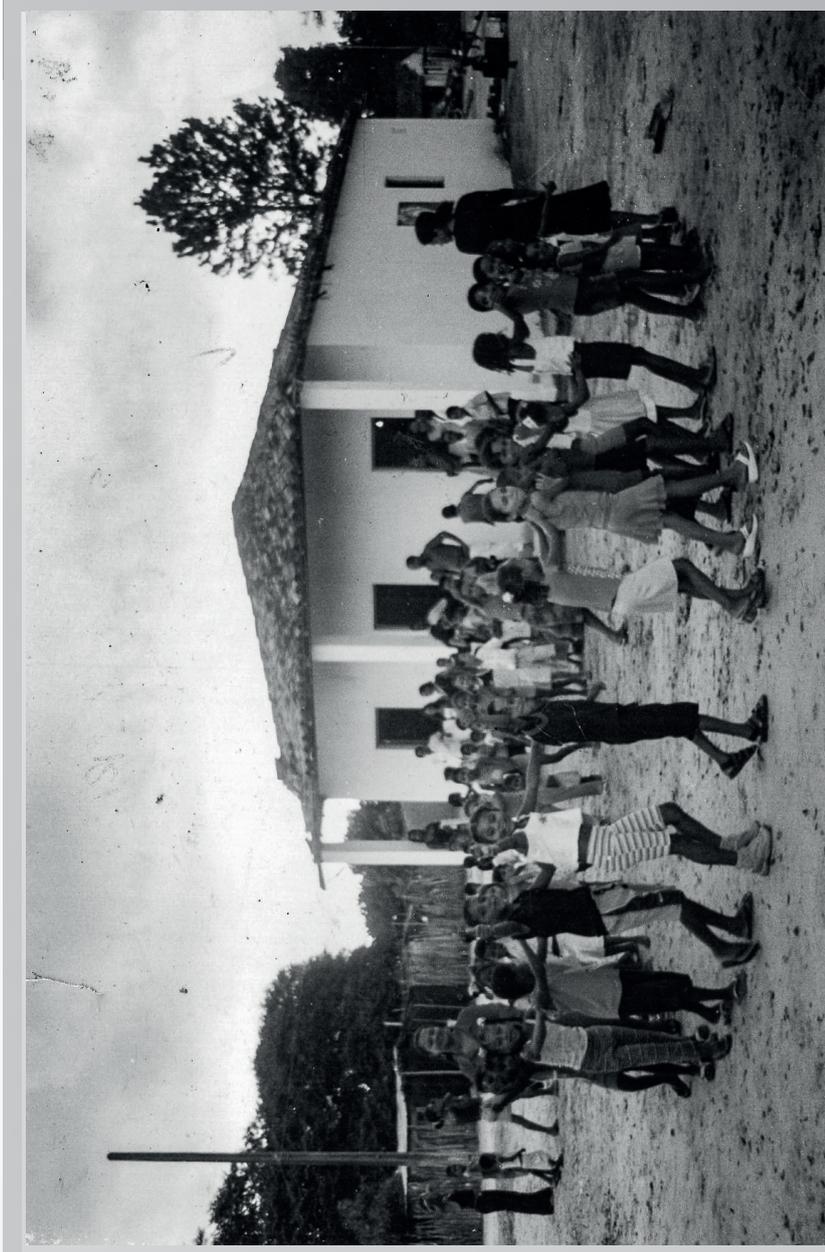
Este portfólio fotográfico é formado por registros pessoais do autor orientado e supervisionado pelo professor Kleyson Assis.

O objetivo deste material é servir de complemento às discussões presentes na cartilha formativa que também faz parte dos estudos desenvolvidos no Mestrado Profissional em Educação do Campo, realizados na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Esperamos que os leitores e apreciadores possam por meio deste trabalho identificar um pouco da trajetória de luta pela educação escolar numa área de reforma agrária no interior da Bahia, no nordeste brasileiro.



Sala de aula e cozinha coletiva na época do acampamento.



Salão de festas da antiga fazenda Pracatu que foi utilizada como sala de aula, espaço de festa e de assembleia de 1999 a 2011.



Sede da diretoria da escola na época do acampamento.



Primeira turma do professor Vangilson Bispo no acampamento em 1999.



Primeiros estudantes que participaram da marcha do MST de Feira de Santana à Salvador com o Prof. Vangilson Bispo em 1999.



Primeiras apresentações de quadrilhas juninas realizadas por estudantes da escola.



Primeiras turmas da escola do acampamento.



Primeiro projeto da escola do acampamento: Projeto Segundo Tempo - Ministério dos Esportes -2004



Momento de mística com a participação dos Sem Terrinhas do assentamento.



*Brincadeira preferida das crianças na época do acampamento:
trepas nas árvores para colher frutos.*



Participação dos estudantes, professores e familiares na roça da escola.



Participação das crianças no Encontro Regional dos Sem Terrinhas - São Sebastião do Passé/ Bahia.



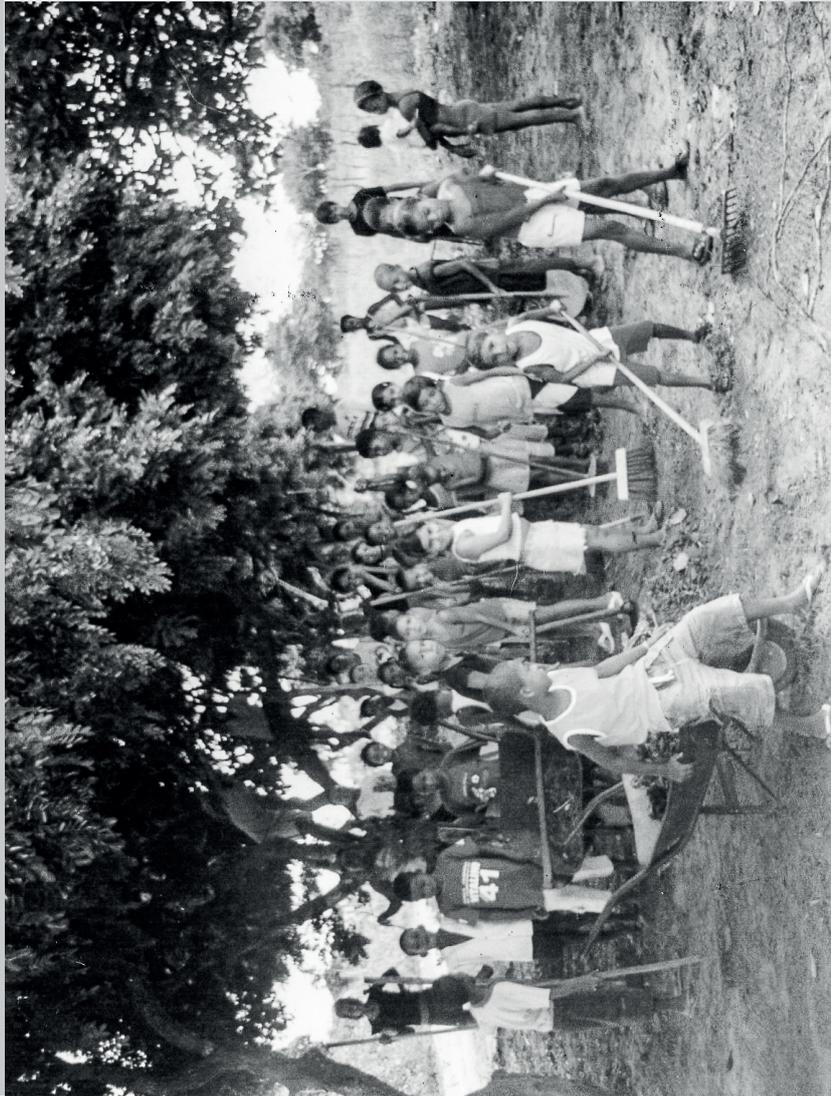
Participação das crianças no Encontro Estadual dos Sem Terrinhas - Salvador/Bahia.



Turma da Profa. Eliana e do estagiário Jurandir.



Profa. Diana trabalhando sobre a Marcha Nacional com a turma da educação infantil.



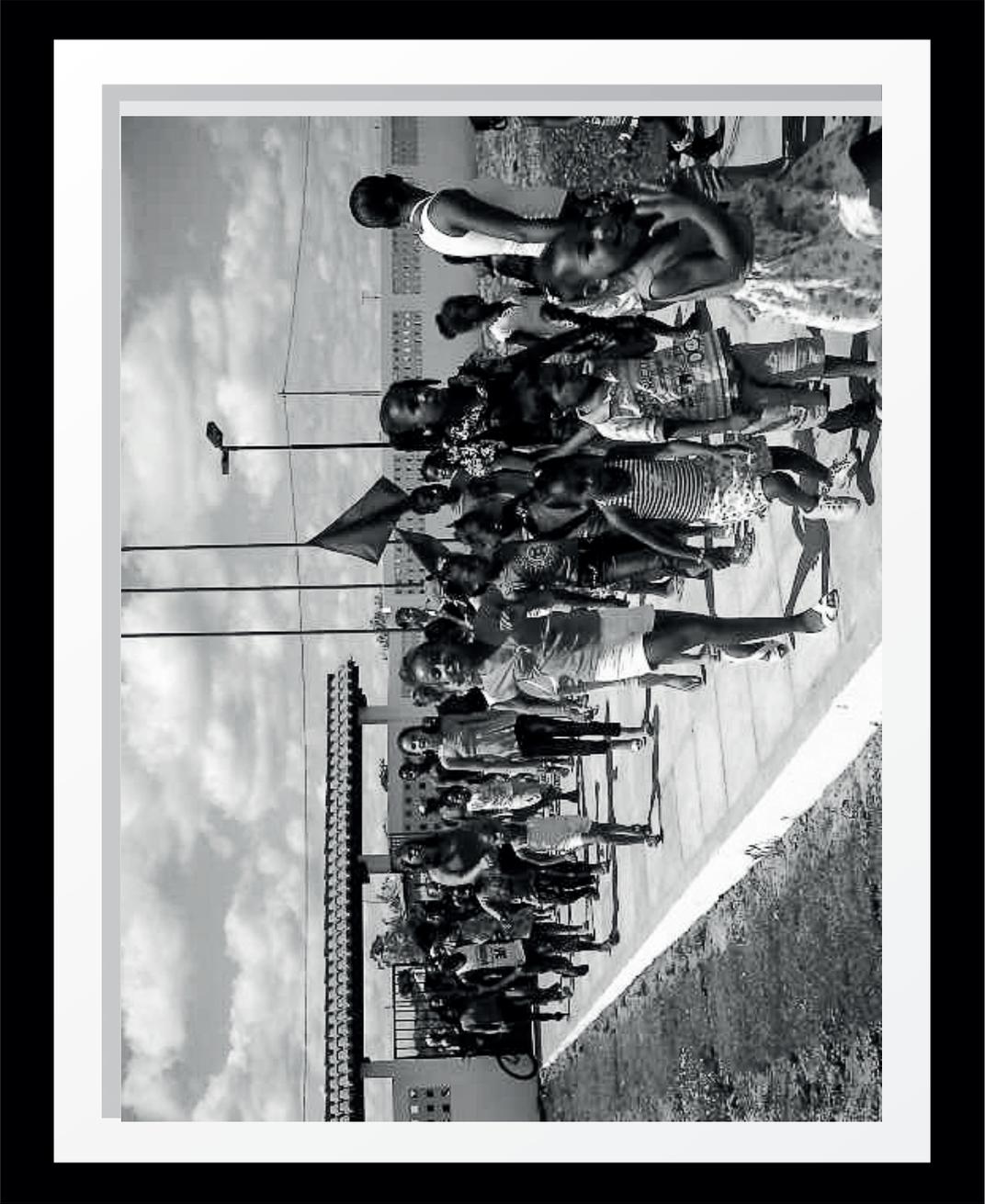
Momento da limpeza coletiva do assentamento com a participação dos estudantes da escola.



Diversão dos estudantes em comemoração ao dia das crianças.



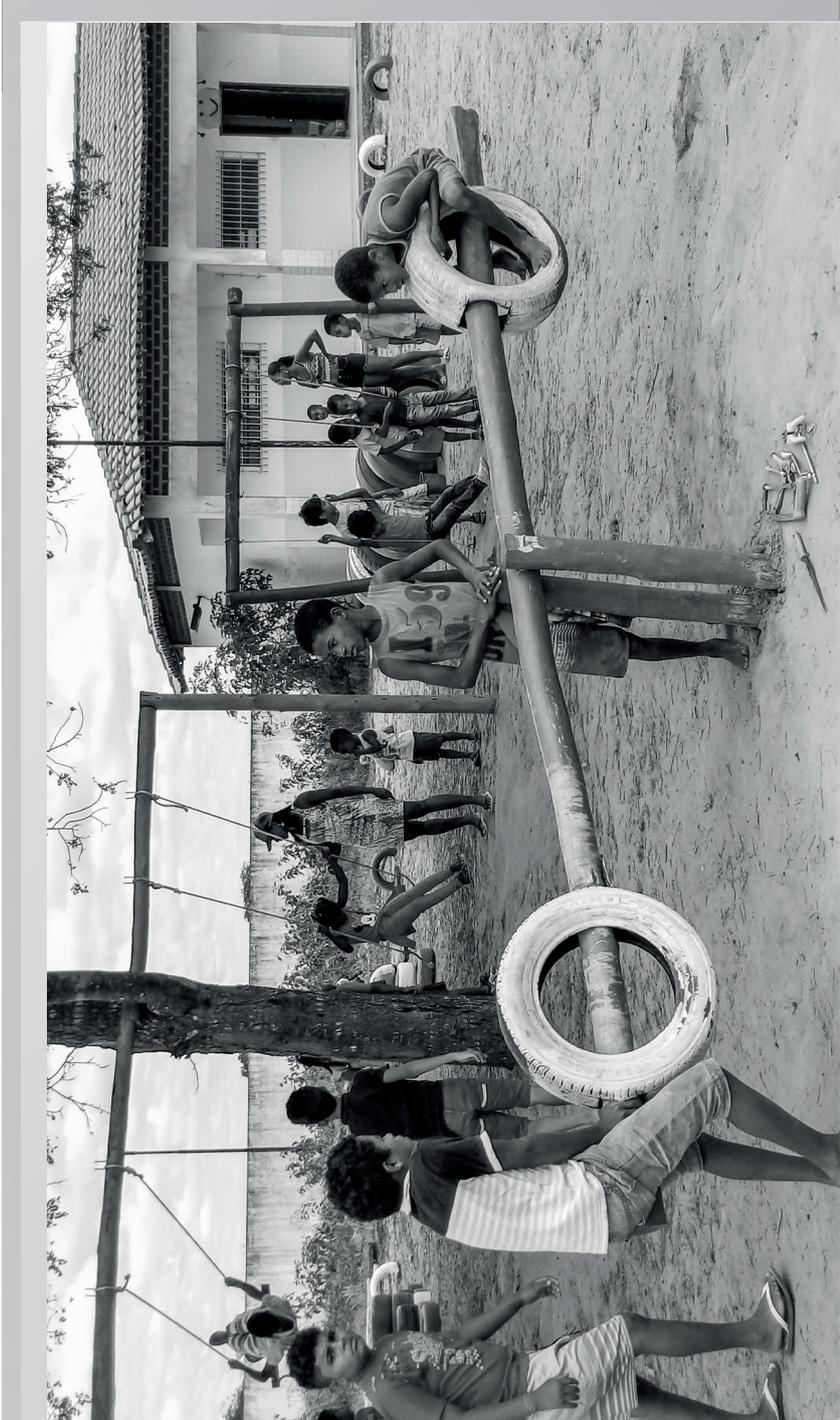
A nova escola.



Ocupação da nova escola pelos estudantes, professores, e familiares.



Formação com os estudantes da escola - Programa Mais Educação.



Parque infantil construído na escola com a equipe do Pibid Diversidade.



Limpeza da escola de forma voluntária com a equipe do Pibid Diversidade.



Culminância do Programa Pibid Diversidade.



Turma da Ciranda Infantil com a Profa. Elisvânia.



Comemorações das festas juninas.



Estudantes no cultivo da horta escolar.



Comemorações do Dia da Consciência Negra.



*Apresentação de Dança e Percussão dos estudantes do assentamento
no Circuito de Esporte da cidade de Agua Fria - Bahia.*



Programa de saúde na escola.



Participação das crianças do assentamento no I Encontro Nacional dos Sem Terrinha - Brasília/ DF.



